

UNIVERSIDADE DO PORTO
Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação

**COMPORTAMENTOS DISCIPLINARES, EFICÁCIA E SATISFAÇÃO
EM MÃES DE CRIANÇAS DE IDADE PRÉ-ESCOLAR**

Carla Sofia Peixoto Sampaio Carvalho
Junho, 2014

Dissertação apresentada à Faculdade de Psicologia e
Ciências da Educação da Universidade do Porto,
para a obtenção do Grau de Mestre em Temas de Psicologia,
na área de Psicologia do Desenvolvimento e da Educação da Criança,
sob orientação da Professora Doutora Orlanda Cruz.

RESUMO: O presente estudo pretendeu analisar a relação entre os comportamentos disciplinares, a eficácia e a satisfação parental em mães de crianças de idade pré-escolar. Em particular, procurou perceber a relação entre a utilização dos comportamentos disciplinares parentais, as crenças maternas relativas à eficácia desses mesmos comportamentos e o sentido de competência parental, avaliado pela autoeficácia e satisfação parentais.

Participaram nesta investigação 128 mães de crianças em idade pré-escolar. Para avaliar a frequência com que eram utilizados pelas mães comportamentos disciplinares como a indução, a punição física e a punição não física e para avaliar as suas crenças acerca da eficácia desses mesmos comportamentos utilizou-se a Escala de Comportamentos Disciplinares Parentais (Cruz, Oliveira & Ribeiro, 2011). Para avaliar o sentido de competência parental utilizou-se a adaptação portuguesa da Escala Ser Mãe/Ser Pai (Cruz & Abreu-Lima, 2013).

Os resultados mostraram que as mães utilizavam mais frequentemente comportamentos indutivos e consideravam-nos também mais eficazes. Para além disso, foi encontrada uma associação positiva, moderada, entre a utilização dos comportamentos disciplinares parentais e as crenças de eficácia relativamente aos mesmos, apontando para congruência entre comportamentos e crenças maternas. Por fim, verificou-se que a utilização dos comportamentos disciplinares parentais e as crenças de eficácia a eles associadas se relacionavam mais com a satisfação materna do que com a autoeficácia. Mais especificamente, foi encontrada uma associação negativa, moderada, entre a satisfação das mães e a utilização da punição física e a eficácia que lhe é atribuída e uma associação positiva, baixa, entre a autoeficácia materna e a eficácia percebida relativamente à punição física.

Os resultados deste estudo parecem apontar para a congruência entre os comportamentos disciplinares e as crenças maternas, demonstrando ainda uma associação entre os comportamentos disciplinares e as características da criança, como o sexo e a idade cronológica, e as características da mãe, como a escolaridade.

Palavras-chave: comportamentos disciplinares parentais, crenças parentais, eficácia parental, satisfação parental.

ABSTRACT: The present study aims at analyzing the relationship between parental disciplinary behaviors, efficacy and satisfaction in mothers of pre-school children. Particularly, it aims to understand the relationship between the parental disciplinary behaviors, the maternal beliefs related to the efficacy of those behaviors, and the perceived parental competence assessed through parental self-efficacy and satisfaction.

One hundred twenty-eight mothers of pre-school boys and girls participated in this research. The Parental Disciplinary Behaviors Scale (Escala de Comportamentos Disciplinares Parentais, Cruz, Oliveira & Ribeiro, 2011) was used to assess the use of induction, physical and not physical punishment by the mothers and also to assess their beliefs regarding the efficacy of those behaviors. In order to assess the perceived parental competence, the Portuguese version of the Being a Parent Scale was used (Ser Mãe, Ser Pai, Cruz & Abreu-Lima, 2013).

The results showed that the mothers used more frequently the inductive behaviors and they also believed that these behaviors were the most effective ones. Moreover, a moderate positive correlation was found between parental disciplinary behaviors and their beliefs regarding the efficacy of those behaviors, revealing consistency between maternal behaviors and beliefs. It was found that the relation between both, the parental disciplinary behaviors and the associated efficacy beliefs was stronger with maternal satisfaction than with self-efficacy. In particular, it was found a moderate negative association between the mother's satisfaction and both, the use of physical punishment and the associated efficacy; and a low positive association between the maternal self-efficacy and the associated perceived efficacy with physical punishment.

Finally, the results of this study point out the consistency between maternal disciplinary behaviors and beliefs, showing also a correlation between the disciplinary behaviors and the child's characteristics, such as gender and age, and the mother's characteristics, such as level of education.

Key-words: Parental disciplinary behaviors; parental beliefs; parental efficacy; parental satisfaction.

RÉSUMÉ: La présente étude visait à analyser le rapport entre les comportements disciplinaires, l'efficacité et la satisfaction parentale chez les mères d'enfants d'âge préscolaire. L'étude avait pour but de comprendre, en particulier, le rapport entre l'adoption de comportements disciplinaires parentaux, les idées des mères sur l'efficacité de ces mêmes comportements et le sentiment de compétence parentale, évalué à partir de l'auto-efficacité et de la satisfaction parentales.

Cent vingt-huit mères, de garçons et filles d'âge préscolaire, ont participé à cette étude. L'Échelle de Comportements Disciplinaires Parentaux (Escala de Comportamentos Disciplinarios Parentais, Cruz, Oliveira & Ribeiro, 2011) a été utilisée pour évaluer la fréquence des comportements inductifs, punitives physiques et non-physiques des mères aussi bien que leurs idées concernant l'efficacité de ces mêmes comportements. Le sentiment de compétence parentale a été évalué à partir de l'adaptation portugaise de *Being a Parent Scale* (l'Échelle Être mère/Être père, Escala Ser mãe, Ser pai, Cruz & Abreu-Lima, 2013).

Les résultats ont montré que les mères adoptaient plus fréquemment des comportements inductifs et qu'elles les considéraient également plus efficaces. En outre, une association positive, modérée, entre l'adoption des comportements disciplinaires parentaux et les idées d'efficacité de ces comportements a mis en évidence une congruence entre comportements et idées de mères. L'étude a permis de constater que l'adoption de comportements disciplinaires parentaux et les idées d'efficacité associées étaient davantage liées à la satisfaction de la mère qu'à l'auto-efficacité. Plus précisément, les résultats ont démontré une association négative, modérée, entre la satisfaction des mères et l'adoption d'une punition physique et l'efficacité qui lui est attribuée et une association positive, faible, entre l'auto-efficacité de la mère et l'efficacité perçue en ce qui concerne la punition physique.

Enfin, les résultats de cette étude semblent indiquer une congruence entre les comportements disciplinaires et les idées de mères et démontrent, par ailleurs, une association entre les comportements disciplinaires et les caractéristiques de l'enfant, telles que le sexe et l'âge, et les caractéristiques de la mère, telles que le niveau de scolarisation.

Mots-clés: comportements disciplinaires parentaux, idées parentales, efficacité parentale, satisfaction parentale.

Aos meus pais,

Por tudo o que são e sempre foram para mim.

Agradecimentos

À Professora Doutora Orlanda Cruz, minha professora e orientadora, por ter respeitado as minhas preferências e o meu tempo e por exigir sempre mais de mim, contribuindo para o meu crescimento e para a minha aprendizagem. Foi, para mim, uma verdadeira inspiração ao longo de todo este percurso.

Às direções dos jardins de infância e a todas as educadoras e mães que, tão gentilmente, acederam colaborar comigo neste trabalho.

A todos os professores que, ao longo do mestrado, contribuíram para que nunca duvidasse de que valera a pena.

À minha colega Ana Neto, companheira incansável, e a todos os restantes colegas de mestrado, com quem partilhei este desafio desde o primeiro dia.

Às minhas queridas amigas, Joana Fonseca, Helena Ferrete, Tânia Carvalho, Cecília Santos, Célia Monteiro, Filipa Rafael e Cláudia Pereira, por me permitirem ser tão feliz no meu local de trabalho e, em particular, por toda a ajuda que me prestaram neste caminho. Ao Ricardo Nogueira, em representação da Reforço Positivo, obrigada por toda a compreensão em todo este processo.

À minha família, sobretudo à Carla, que muito importante foi para mim na fase inicial deste trabalho.

Ao meu primo André que, inesperadamente, partilhou comigo mais uma jornada académica. Obrigada pela tua tranquilidade nos momentos mais difíceis.

À família Amorim, que também é um bocadinho minha, obrigada por toda a confiança e por toda a boa energia que me transmitem sempre.

Ao Bruno, porque todos os dias me encoraja a seguir em frente e me mostra que o percurso, por mais sinuoso que possa ser, só acaba quando chegamos à meta. Obrigada por acreditares e por me fazeres acreditar que, mesmo perante os maiores desafios, eu sou capaz.

Aos meus pais, por nunca duvidarem de mim e por me terem ensinado que, com trabalho, organização e entrega, conseguimos cumprir todos os objetivos a que nos propomos.

ÍNDICE GERAL

Introdução	1
CAPÍTULO I. Comportamentos disciplinares, eficácia e satisfação parentais - Revisão da literatura	3
1. Comportamentos disciplinares parentais.....	4
2. Crenças parentais.....	11
2.1. Crenças de eficácia.....	13
3. Satisfação parental	15
4. Síntese.....	17
CAPÍTULO II. Comportamentos disciplinares, eficácia e satisfação parentais em mães de crianças de idade pré-escolar - Estudo empírico	19
1. Objetivos do estudo	20
2. Método	21
2.1. Participantes	21
2.2. Instrumentos	22
2.2.1. Questionário Sociodemográfico	22
2.2.2. Escala de Comportamentos Disciplinares Parentais	22
2.2.3. Escala Ser mãe/Ser pai.....	24
2.3. Procedimento	25
3. Resultados.....	26
3.1. Análises preliminares	26
3.2. Análises principais	26
CAPÍTULO III. Discussão	32
1. Discussão dos resultados.....	33
2. Limitações e contributos	39
Referências	41

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1. Análise de componentes principais da ECDP	23
Quadro 2. Indicadores de distribuição normal: ECD e SMSP	26
Quadro 3. Estatísticas descritivas: ECD e SMSP	27
Quadro 4. Correlações entre as dimensões relativas ao uso e à eficácia dos Comportamentos Disciplinares Parentais	28
Quadro 5. Correlações entre as dimensões relativas aos Comportamentos Disciplinares Parentais e a Autoeficácia e Satisfação Parentais	30

ÍNDICE DE ANEXOS

Anexo 1. Relatório do estudo piloto
Anexo 2. Autorização para as direções dos jardins-de-infância
Anexo 3. Questionários para as mães
Anexo 4. Declaração de originalidade

Introdução

Por parentalidade entendemos o conjunto de ações que as figuras parentais assumem com os seus filhos, com o objetivo de favorecer o seu desenvolvimento o mais possível. Estas ações relacionam-se intrinsecamente com as crenças e com os afetos parentais, constituindo-se estas três dimensões (comportamentos, crenças e afetos) como as mais estudadas pelos investigadores no âmbito da parentalidade (Cruz, 2013a).

Entre as múltiplas funções inerentes à parentalidade, destacamos a necessidade dos pais intervirem perante a adoção de comportamentos indesejáveis por parte dos seus filhos, o que implica a utilização de um conjunto diversificado de técnicas disciplinares ou comportamentos disciplinares parentais. Estes comportamentos poderão ser mais ou menos coercivos, diferenciarem-se no impacto que têm na criança e na eficácia que demonstram a curto ou a longo prazo. Podem ainda ser determinados por uma grande diversidade de fatores, desde fatores contextuais, às características da criança e às características dos pais. A tipologia de Hoffman (1975) é a mais comumente utilizada, categorizando-se estes comportamentos em técnicas de afirmação de poder, técnicas de retirada do afeto e técnicas indutivas, de raciocínio ou explicação.

Enquanto psicóloga e no desempenho das minhas funções, tenho vindo a identificar repetidamente nos pais uma constante preocupação em agir adequadamente com os seus filhos, questionando-se com frequência acerca da adequabilidade e da eficácia dos comportamentos disciplinares a que recorrem. Nesse sentido, levantam-se múltiplas questões: Saberão os pais que comportamentos disciplinares usar perante a indisciplina dos seus filhos? Que comportamentos utilizarão com maior frequência? Conhecerão eles todos os comportamentos que têm ao seu dispor? Reconhecerão eficácia nos comportamentos disciplinares adotados? E caso reconheçam, utilizarão preferencialmente esses mesmos comportamentos? E que relação se poderá aqui estabelecer com o seu sentido de competência parental?

Foi para dar resposta a algumas destas questões que este trabalho de investigação foi pensado. Atendendo à amplitude da relação entre comportamentos, crenças e afetos parentais, neste estudo centrar-nos-emos mais especificamente na relação entre os comportamentos disciplinares parentais, as crenças de eficácia parental e a satisfação parental. Assim, reconhecendo que aquilo que os pais pensam acerca da parentalidade se reflete a vários níveis do funcionamento familiar (Sigel & McGillicuddy-De Lisi, 2002), procuramos com esta investigação perceber se aquilo que os pais pensam

acerca dos comportamentos disciplinares parentais se relaciona com a adoção desses mesmos comportamentos e de que forma a sua utilização e a sua eficácia se relaciona com o sentido de competência parental dos pais, expresso pela autoeficácia e satisfação parentais. A este nível, a autoeficácia será analisada enquanto componente cognitiva, que permite aceder às crenças dos pais sobre a sua competência parental, enquanto que a satisfação será entendida enquanto componente afetiva, refletindo as emoções e os afetos dos pais no desempenho das suas funções. Os dados da investigação fazem-nos crer que os comportamentos dos pais se relacionam com a avaliação cognitiva que estes fazem acerca desses mesmos comportamentos e com as emoções e os afetos que são experienciados nas vivências parentais, pelo que esperamos que estas variáveis se encontrem, de alguma forma, relacionadas.

Partindo da revisão da literatura, entendemos também que será importante analisar a relação entre os comportamentos disciplinares parentais e as características da criança e as características dos pais.

Neste sentido, o primeiro capítulo desta dissertação será dedicado à apresentação da revisão da literatura no âmbito dos comportamentos disciplinares, crenças e satisfação parentais. No segundo capítulo será apresentado o estudo empírico, começando por enunciar os objetivos propostos, prosseguindo com a descrição do método e finalizando com a apresentação dos resultados. A discussão dos resultados, bem como a reflexão final acerca das principais limitações e contributos deste estudo, integrarão o terceiro capítulo.

CAPÍTULO I

Comportamentos disciplinares, eficácia e satisfação parentais

Revisão da literatura

O principal objetivo deste capítulo é efetuar uma revisão da literatura, analisando os contributos das investigações até agora realizadas para o estudo das reações parentais (comportamentais, cognitivas e afetivas) aos comportamentos inadequados dos filhos.

Neste sentido, a primeira parte centra-se na análise dos comportamentos disciplinares parentais, em termos de tipologia e impacto na criança, eficácia disciplinar e utilização de comportamentos disciplinares múltiplos, e fatores determinantes desses mesmos comportamentos. A segunda parte debruça-se sobre as crenças parentais, com particular destaque para as crenças de autoeficácia, interessando sobretudo analisar a relevância destas crenças no âmbito da parentalidade, os seus fatores preditores, a importância que assumem no funcionamento familiar e, mais concretamente, a sua relação com os comportamentos disciplinares parentais. Por fim, a terceira parte centra-se na satisfação parental, enquanto componente afetiva do sentido de competência parental, e na sua relação com a autoeficácia e com os comportamentos parentais.

1. Comportamentos disciplinares parentais

Os pais são confrontados diariamente com situações de interação que exigem, da sua parte, capacidade para direcionar o comportamento dos seus filhos, de modo a que estes adquiram princípios morais e normas sociais que assegurem a sua independência, autonomia e responsabilidade, favorecendo o seu processo de socialização (Alvarenga & Piccinini, 2001). É precisamente no decorrer deste processo que, de acordo com Cruz (2013a, p. 44), “são frequentes os episódios que envolvem da parte da criança a transgressão de normas, ou simplesmente comportamentos inadequados e, da parte dos pais, comportamentos de controlo do comportamento da criança”. Estes episódios são habitualmente designados de incidentes disciplinares. Por essa razão, e enquanto agentes de socialização dos seus filhos, os pais socorrem-se de diversas técnicas, no âmbito daquilo que diversos autores designam de práticas educativas parentais (Mussen, Conger, Kagan & Huston, 1990).

À medida que a criança se vai confrontando com as regras e padrões morais da sociedade, surge, por parte dos pais e dos agentes educativos, a necessidade de disciplina (Alvarenga & Piccinini, 2001), que segundo Holden (2002) envolve a instrução e a orientação da criança com vista à eliminação dos comportamentos inadequados e à adoção dos comportamentos desejados. Os comportamentos disciplinares parentais

representam, por isso, uma forma de controlo social e uma componente importante da parentalidade, estando presentes desde cedo na vida das crianças.

Um comportamento disciplinar não tem que ser necessariamente coercivo, ainda que a ele esteja subjacente uma relação de poder, como sugere Martin Hoffman quando refere haver um disciplinador e um disciplinado (Cruz, 2013a). Para aquele autor, os comportamentos disciplinares podem ser coercivos ou indutivos, diferenciando-se a sua eficácia a curto ou a médio prazo, através da obediência imediata ou da interiorização das normas, respetivamente (Hoffman, 1975). Estes comportamentos surgem tipificados como técnicas de afirmação de poder, técnicas de retirada do afeto e técnicas indutivas, de raciocínio ou explicação (Cruz, 2013a).

As técnicas de afirmação de poder e as técnicas de retirada do afeto integram os comportamentos classificados como coercivos, que conduzem a criança a cumprir as exigências que lhe são impostas, apenas para evitar as consequências negativas subsequentes, revelando-se assim eficazes a curto prazo. De acordo com o modelo de processamento de informação proposto por Hoffman (1985), estas técnicas, que visam impedir ou interromper o comportamento indesejado, desencadeiam na criança níveis de ansiedade mais elevados, produzindo efeitos essencialmente a curto prazo e podendo dificultar o processamento cognitivo que a criança faz da mensagem veiculada pelos agentes de socialização. Em termos emocionais, desencadeiam emoções intensas (medo, raiva e ansiedade) que tendencialmente reduzem ainda mais a compreensão da situação pela criança, bem como a necessidade de modificar o seu comportamento (Alvarenga & Piccinini, 2001). As técnicas de afirmação de poder englobam: (1) a punição física; (2) a punição não física (retirada de privilégios ou de objetos desejados, por exemplo), (3) as ameaças de punição e as repreensões orais; (4) as exigências colocadas sem explicações ou a ausência de compensações perante a alteração do comportamento da criança (Hoffman & Saltzstein, 1967). Os pais usam a sua autoridade, superioridade física e de recursos para exercerem controlo sobre a criança (Hoffman & Saltzstein, 1967). O foco encontra-se, por isso, nas consequências adversas imediatas da punição em si e não na mensagem de socialização que se pretende transmitir (Hoffman, 1985). Vários estudos têm demonstrado que a eficácia destas técnicas é diminuta, podendo mesmos ter efeitos nefastos, como conduzir a problemas de internalização e externalização nas crianças (Baumrind, Larzelere & Owens, 2010). Neste sentido, o uso destas técnicas parece favorecer a ocorrência de comportamentos mais agressivos (Rubin & Mills, 1992) e desafiantes (Kuczynski, Kochanska, Radke-Yarrow & Girnius-Brown, 1987) por parte das crianças, conduzir a dificuldades na aceitação pelo grupo de pares (Hart, Ladd &

Bureson, 1990), potenciar expectativas desajustadas na resolução de problemas (Hart et al., 1990) e contribuir para um baixo rendimento escolar (Baumrind et al., 2010; Hess & McDevitt, 1984).

As técnicas de retirada do afeto incluem a desaprovação parental manifesta através da privação de suporte afetivo. Estas técnicas podem incluir expressões diretas de rejeição ou simplesmente não falar com e/ou isolar a criança (Patrick & Gibbs, 2007). Pelo facto de darem aos pais o poder de gratificar ou não a criança, alguns autores incluem a retirada do afeto nas técnicas de afirmação de poder (Cruz, 2013a). Contudo, esta privação do afeto produz efeitos emocionais que podem comprometer o desenvolvimento da criança, desencadeando sentimentos de insegurança e ansiedade e fragilizando a relação afetiva entre pais e filhos (Alvarenga & Piccinini, 2001).

As técnicas de indução, raciocínio ou explicação correspondem a comportamentos disciplinares não coercivos, procurando os pais envolver os filhos na compreensão das regras e normas a seguir, na identificação das razões pelas quais determinados comportamentos são desadequados e na reflexão acerca de como poderá a criança alterar o seu comportamento, com vista a prevenir danos futuros e a reparar prejuízos causados. A indução inclui, por isso, um leque alargado de formas de comunicação verbal, com o objetivo de encorajar a criança a aceitar a responsabilidade pelos seus atos e a atender ao ponto de vista do outro (Cruz, 2013a). Compreendendo as implicações das suas ações e os motivos que justificam a mudança de comportamento, a criança dispõe da autonomia necessária para, com recurso a essa informação, alterar a sua conduta (Alvarenga & Piccinini, 2001) pelo que, de acordo com Hoffman (2000), a indução é vista como determinante para o comportamento pró-social e empático da criança. De acordo com o modelo de processamento de informação (Hoffman, 1985), a indução facilita a interiorização e a generalização das regras e valores sociais que, desejavelmente, passarão a integrar a estrutura cognitiva e o pensamento da criança. Mais do que lembrar o comportamento disciplinar a que foi sujeita ou os agentes que o aplicaram, o que se pretende é que a criança internalize as regras e os valores sociais veiculados nesse comportamento disciplinar. Como defende Lepper (1985), para que a criança adote um comportamento adequado, as técnicas disciplinares deverão aplicar apenas a pressão externa suficiente, em termos de punição ou reforço, de modo a que a criança não recorde essa pressão como estando na origem da sua mudança comportamental. Por esta razão, e de modo a contribuir para a interiorização das normas e dos padrões comportamentais adequados, deverão ser facultados à criança apenas os incentivos externos minimamente suficientes para o efeito.

Em suma, podemos afirmar que os diferentes tipos de técnicas disciplinares diferem, não só pelas suas características específicas, mas também pelo impacto que imprimem no desenvolvimento da criança. Assim, se por um lado, as técnicas coercivas produzem sobretudo efeitos imediatos ou a curto prazo, por outro, as técnicas indutivas promovem maior autonomia e capacidade de regulação comportamental da criança (Baumrind et al., 2010), favorecendo o desenvolvimento de uma orientação moral internalizada e permitindo à criança colocar-se no lugar do outro, direcionando-a para as consequências do seu comportamento face aos outros, e não apenas para si mesma (Zahn-Waxler, Radke-Yarrow & King, 1979).

Em termos de eficácia, e de acordo Grusec e Goodnow (1994), as técnicas indutivas seriam mais eficazes no processo de socialização, na medida em que enfatizam os efeitos negativos do comportamento da criança sobre o outro. Neste caso, pode considerar-se eficaz o comportamento disciplinar que conduz à interiorização dos valores e atitudes da sociedade, sendo a motivação da criança intrínseca e não dependente da antecipação de consequências externas negativas.

Grusec e Goodnow (1994) referem que a eficácia do comportamento disciplinar depende também da avaliação que é feita pela criança acerca da sua adequabilidade à situação em causa. Só depois de feita esta avaliação é que a criança irá aceitar ou rejeitar a mensagem transmitida pelos pais com vista à orientação do seu comportamento. De acordo com estes autores, para promover a aceitação da mensagem pela criança é necessário que esta avalie as ações parentais como adequadas, que se mostre motivada para aceitar a posição parental e que apresente a perceção de que a mensagem veiculada contribui para a interiorização de determinado valor. Por conseguinte, a eficácia dos comportamentos disciplinares implica, por parte dos pais, flexibilidade e sensibilidade para os adequar ao comportamento da criança, bem como ao seu estado emocional no momento.

No quotidiano da interação pais-filhos, quando confrontados com o comportamento inadequado da criança, é raro os pais utilizarem um único comportamento disciplinar, recorrendo frequentemente a múltiplos comportamentos. (Grusec & Goodnow, 1994). Por conseguinte, os comportamentos disciplinares podem ser utilizados simultaneamente ou sequencialmente (Cruz, 2013a). Grusec e Kuczynski (1980) mostraram que a grande maioria das mães que participaram no seu estudo usava uma combinação de duas ou mais técnicas para lidar com um incidente disciplinar. Hoffman (1994) verificou que, mesmo os comportamentos predominantemente indutivos,

apresentavam características de afirmação de poder e de retirada do afeto. Isto significa que, enquanto a componente indutiva visa sensibilizar a criança para as consequências do seu comportamento para o outro, a componente coerciva, ao produzir uma maior ativação emocional, permite captar a atenção da criança para a mensagem transmitida na componente indutiva. Thompson et al. (1999) verificaram que, mesmo pais com características disciplinares distintas (desde pais altamente coercivos a pais pouco coercivos), referiam combinar comportamentos disciplinares não coercivos com disciplina física coerciva. Mais recentemente, Kremer, Smith e Lawrence (2010) concluíram que, dada a complexidade dos incidentes disciplinares, em apenas um quarto das situações era utilizada uma única técnica disciplinar, optando os pais por recorrer a uma grande variedade de técnicas combinadas, em resposta a um comportamento inadequado da criança.

Para além disso, perante a apresentação sucessiva do mesmo comportamento inadequado pela criança, os comportamentos utilizados pelos pais vão-se modificando em função da avaliação que os pais fazem da eficácia desses comportamentos (Cruz, 2013a). Por exemplo, Minton, Kagan e Levine (1971) verificaram que as mães tendem a aumentar o carácter punitivo dos seus comportamentos disciplinares, quando os anteriores se revelam ineficazes na modificação do comportamento inadequado apresentado pela criança.

Larzelere (2001) propõe um modelo sequencial no qual sugere que as respostas disciplinares eficazes são aquelas que combinam o raciocínio e o controlo. Assim, os pais começariam por adotar com a criança comportamentos mais indutivos e recorreriam a comportamentos de maior controlo apenas se as respostas iniciais se mostrassem insuficientes. Para este autor, os comportamentos mais eficazes são aqueles que combinam estas duas componentes. Estes dados vão ao encontro de Hoffman (1994), quando afirma que mesmo os comportamentos disciplinares indutivos apresentam uma componente de afirmação de poder, que favorece a interiorização da mensagem transmitida através da indução.

Perozynski e Kramer (1999), ao analisarem as respostas dos pais na gestão de conflitos entre irmãos, verificaram que os comportamentos disciplinares parentais relacionavam-se, em parte, com as crenças de eficácia relativamente a esses mesmos comportamentos e com as crenças de autoeficácia dos pais relativamente à sua capacidade para utilizar eficazmente aquele comportamento. Contudo, verificaram também que o comportamento disciplinar mais frequentemente utilizado pelos pais não

era o que estes consideravam ser mais eficaz, tornando-se importante perceber que fatores justificariam estes resultados.

Conhecer os fatores que determinam os comportamentos disciplinares utilizados é, por isso, um aspeto fundamental. Por conseguinte, os fatores contextuais, as características da criança e as características dos pais serão seguidamente analisados.

No estudo dos fatores contextuais têm sido englobados os fatores de stress, a classe social e o grupo cultural de origem (Cruz, 2013a). Apresenta-se, de seguida, uma breve referência à literatura sobre estes fatores.

Crnic e Low (2002), na sua revisão da investigação, concluem que o stress quotidiano condiciona a disponibilidade que os pais têm para com os seus filhos, não lhes permitindo ser tão pacientes como em situações mais favoráveis. No entanto, um nível moderado de stress poderá potenciar o envolvimento parental na educação dos filhos, assumindo um cariz mais adaptativo.

No que respeita à classe social, os estudos têm demonstrado que, quanto maior o nível educacional dos pais, maior o uso de práticas reforçadoras e menor o uso de práticas coercivas com os filhos (Melby & Conger, 1996). Minton et al. (1971) referem que pais com um nível de instrução mais elevado recorrem mais a técnicas indutivas e são mais responsivos às necessidades da criança. No contexto português, os resultados vão no mesmo sentido, tendo-se verificado que mães com níveis de escolaridade superiores mostravam ser mais indutivas, recorrendo mais ao raciocínio e à negociação, como forma de favorecer a autonomia, a responsabilidade, a independência e o autocontrolo dos seus filhos (Cruz, 1996).

O grupo cultural de origem, tal como verificado em algumas investigações, condiciona também a escolha dos comportamentos disciplinares pelos pais. Akmatov (2011) verificou que em países africanos uma percentagem elevada de pais acreditava que a punição física deveria ser utilizada para promover a educação das crianças. Oveisi et al. (2010), ao analisarem as atitudes de mães iranianas, perceberam que a grande maioria recorria à punição física por considerar ser importante para a educação da criança, desconhecendo as consequências nefastas que esta poderia assumir no desenvolvimento dos seus filhos. Cappa e Khan (2011) constataram que as crianças estariam mais suscetíveis de sofrer uma punição física, quando as mães acreditavam que esta era uma medida necessária. No entanto, fatores como a pobreza e o elevado número de elementos do agregado familiar, a residência em meios rurais e o baixo nível

educacional das mães, mostraram favorecer a utilização da punição física, mesmo quando as mães acreditavam não ser uma prática necessária.

De entre as características da criança, a literatura tem demonstrado que o sexo e a idade cronológica são fatores que se relacionam com os comportamentos disciplinares dos pais (Cruz, 2013a). Apresenta-se, de seguida, uma breve síntese da literatura relativa a estes fatores.

Vários autores consideram que os pais tendem a comportar-se de forma diferenciada com os filhos, em função dos padrões sociais estabelecidos, apresentando expectativas diferentes em função do género (Leaper, 2002; Maccoby & Jacklin, 1974). Os rapazes seriam mais orientados para a realização, competição, independência, responsabilidade e controlo da expressão emocional, enquanto as raparigas mais estimuladas para a obediência, afetividade, altruísmo e simpatia (Block, 1983). Para além disso, os rapazes apresentam tendencialmente menor capacidade de autocontrolo (Kendall & Wilcox, 1979; Leaper, 2002; Weinberg, Tronick, Cohn & Olson, 1999) e são percebidos pelos pais como tendencialmente mais agressivos (Gervai, Turner & Hinde, 1988). Por conseguinte, e de modo a controlar as condutas indesejadas, os pais parecem adotar comportamentos mais coercivos com crianças do sexo masculino (Pinderhughes, Dodge, Bates, Pettit & Zelli, 2000). Não obstante, os rapazes parecem receber também mais afeto positivo do que as raparigas (Biringen et al., 1999), o que aponta no sentido de os pais serem mais reativos, de uma forma geral, aos rapazes.

A idade da criança parece relacionar-se positivamente com a utilização dos comportamentos disciplinares parentais, sendo que, à medida que a criança vai crescendo, estes são utilizados com maior frequência (Cruz, 2013a). Verifica-se também uma alteração no tipo de comportamentos apresentados pelos pais (Reppold, Pacheco & Hutz, 2005). Socolar, Savage, Keyes-Elstein e Evans (2005) referem que, em crianças entre os 12 e os 19 meses de idade, os pais utilizam poucos comportamentos disciplinares, recorrendo mais à monitorização das crianças do que à utilização de técnicas disciplinares. Considera-se, portanto, que os pais monitorizam mais do que disciplinam. É a partir dos dois/três anos de idade que a disciplina começa a assumir um papel mais importante no quotidiano da criança (Cruz, 2013a), sendo adotados pelos pais comportamentos disciplinares, com baixo nível de coerção, que incluem a utilização de técnicas verbais e não verbais (Kremer et al., 2010; Mills & Grusec, 1988).

Por outro lado, à medida que a criança cresce, as expectativas dos pais vão-se modificando, sendo-lhe atribuída uma crescente capacidade de compreensão das

mensagens transmitidas verbalmente, reconhecendo-lhe maior necessidade de autonomia, identificando maior intencionalidade nos seus atos e exigindo-lhe, por isso, maior responsabilização (Dix, Ruble & Zambarano, 1989; Kuczynski et al., 1987; Schaffer & Crook, 1979). É nesse sentido que os comportamentos disciplinares indutivos começam a ser mais utilizados (Cruz, 2013a). Ao longo do desenvolvimento, os pais começam a regular o comportamento das crianças sobretudo através de técnicas verbais (Schaffer & Crook, 1979), recorrendo as mães com maior frequência a comportamentos de explicação, negociação e chamadas de atenção (Kuczynski et al., 1987), possivelmente por serem mais eficazes com crianças mais velhas (McLaughlin, 1983).

Relativamente às características dos pais, a investigação tem demonstrado que a sua personalidade, a sua história pessoal e as suas crenças assumem um papel de destaque relativamente aos comportamentos disciplinares parentais.

Em termos de personalidade, os estudos têm demonstrado que os pais que apresentam maior maturidade psicológica são mais responsivos e afetuosos com os seus filhos (Belsky & Barends, 2002), contrariamente aos pais que apresentam problemas de saúde mental, que condicionam o comportamento parental e a relação que estabelecem com a criança (Zahn-Waxler, Duggal & Gruber, 2002).

No que respeita à história pessoal dos pais, vários autores têm comprovado a importância de pelo menos um dos progenitores ter tido uma vinculação segura enquanto criança, para a qualidade das interações que são estabelecidas com os seus filhos (Cohn, Cowan, Cowan & Pearson, 1992). Outros autores têm afirmado que os pais tendem a usar com os filhos o mesmo tipo de comportamentos disciplinares que foram usados consigo enquanto crianças, reproduzindo, por isso, os mesmos modelos de comportamento dos próprios pais (Simons, Whitbeck, Conger & Chyi-In, 1991; Weber, Selig, Bernardi & Salvador, 2006).

Relativamente às crenças parentais, e dada a sua importância no domínio da parentalidade, debruçar-nos-emos de seguida sobre o papel que assumem no quotidiano familiar.

2. Crenças parentais

Ao longo dos últimos anos, o papel das crenças parentais na vida familiar tem adquirido cada vez maior importância, não podendo as ações e emoções parentais ser

entendidas sem que se reconheçam os processos cognitivos que lhes estão associados (Bugental & Johnston, 2000). Como refere Miller (1988), aquilo que os pais pensam acerca das crianças relaciona-se com a forma como se comportam relativamente a elas. Por essa razão, os valores, as crenças, as ideias e as práticas educativas dos pais têm sido objeto de estudo pelos autores interessados no desenvolvimento humano. Embora a terminologia utilizada não seja consensual, todos concordam que os valores, as ideias, as crenças e o comportamento não podem ser compreendidos de forma isolada, mas antes como aspetos inseparáveis e profundamente relacionados com a cultura e com o contexto de desenvolvimento da criança (Kobarg, Sachetti & Vieira, 2006).

Para Goodnow (1996), o estudo das crenças parentais é relevante, essencialmente porque (1) permite compreender a cognição dos adultos e a influência da cultura no desenvolvimento da identidade pessoal; (2) possibilita compreender as ações parentais; (3) as ideias dos pais constituem um dos aspetos do contexto de desenvolvimento da criança; (4) compreender as ideias presentes em mais do que uma geração permite aceder ao processo de transmissão e transformação cultural. Assim, para a autora, ao analisar as cognições é possível perceber melhor como atuam os pais, como se sentem e respondem à criança e de que forma se relacionam com o contexto social onde o desenvolvimento desta ocorre (Goodnow, 1995).

Kobarg et al. (2006) defendem que o processo de construção do sistema de crenças pressupõe um indivíduo ativo, inserido numa cultura que, ao mesmo tempo, compartilha as crenças do grupo e as reconstrói por meio dos seus mecanismos psicológicos, elaborando assim um sistema de crenças subjetivo e único. Quer isto dizer que, embora os elementos pertencentes a uma mesma cultura partilhem crenças entre si, existem diferenças individuais que conduzirão a diferentes visões sobre um mesmo comportamento ou uma mesma situação.

Os pais, ao procurar atender às necessidades da criança, são influenciados pelas crenças culturais e pessoais acerca do que devem fazer para promover o desenvolvimento dos seus filhos (Rubin & Chung, 2006; Sigel & McGillicuddy-DeLisi, 2002). As crenças constituem, por isso, uma forma dos pais definirem as suas prioridades na parentalidade, permitindo-lhes avaliar o sucesso na educação dos seus filhos e, assim, preservar o seu sentido de autoeficácia (Goodnow & Collins, 1990).

De acordo com Sigel e McGillicuddy-DeLisi (1995) as crenças parentais possibilitam ao indivíduo organizar o seu mundo, fazendo-o sentir-se mais eficaz no seu dia-a-dia e retirando-lhe a sobrecarga de informação e o desgaste com repetidas

tomadas de decisão. As crenças parentais são, à luz destes pressupostos, estruturas prévias que os pais utilizam para ler e reagir à realidade que os rodeia, correspondendo a um modelo de guia, tal como designado por Rodrigo e Palacios (1998). Estas estruturas prévias, relativas a situações específicas, permitem ao indivíduo atuar de acordo com as suas crenças, evitando que tenha de estar constantemente a fazer avaliações cognitivas das situações. Isto significa que, por exemplo, pais que apresentam uma atitude favorável à punição física, acreditam que este é um comportamento eficaz para lidar com o comportamento inadequado da criança e, conseqüentemente, utilizam-no com mais frequência em situações disciplinares sem se questionarem de cada vez se o devem ou não fazer.

Bugental e Johnston (2000) distinguem as cognições descritivas (aquilo que os pais percebem acerca do comportamento dos filhos), as cognições analíticas (atribuições que os pais fazem acerca das razões percebidas relativamente a um acontecimento específico), as cognições avaliativo-prescritivas (objetivos e expectativas dos pais) e as cognições de eficácia (correspondência entre a realidade percebida e a realidade desejada, percepção de autoeficácia). É sobre estas últimas, em particular, que nos debruçaremos de seguida.

2.1. Crenças de eficácia

Ao desenvolver a sua teoria da autoeficácia, Bandura (1977) diferenciou as “expectativas de resultado” das “expectativas de autoeficácia”. As “expectativas de resultado” consistem na crença de que determinado comportamento conduzirá a um resultado específico. Aplicando este conceito ao domínio da parentalidade, será de supor que os pais utilizem com mais frequência os comportamentos que antecipam como sendo mais eficazes com os seus filhos. Espera-se, por exemplo, que pais que consideram a indução como um comportamento disciplinar eficaz, a utilizem mais frequentemente.

As “expectativas de autoeficácia” correspondem às expectativas pessoais relativamente à capacidade para executar, com sucesso, ações específicas em determinadas situações. Estas expectativas não refletem, por isso, a competência real do indivíduo, mas antes as crenças e as avaliações que este faz dessa mesma competência. Neste sentido, as crenças de autoeficácia associam-se à forma como uma determinada situação é cognitivamente avaliada, envolvendo as atribuições relativas à interpretação que a pessoa faz sobre o seu desempenho.

De acordo com Bandura (1989), as crenças de autoeficácia resultam, em larga medida, do histórico de realização pessoal numa determinada tarefa, em termos de sucessos e fracassos. No entanto, podem ainda ser influenciadas pela observação do desempenho dos outros (experiência vicariante), pelo feedback verbal dos outros e pela excitação fisiológica durante a execução de determinado comportamento (por exemplo, tremer em determinado momento poderá levar o sujeito a sentir-se pouco confiante e, como tal, perceber-se como pouco eficaz).

Quando aplicada à parentalidade, a autoeficácia é entendida como uma estimativa do grau em que os pais se percebem a si próprios como capazes de desempenhar as várias tarefas inerentes ao seu papel de pais (Coleman & Karraker, 2003). Johnston e Mash (1989) definiram a autoeficácia parental como a crença dos pais na sua capacidade para exercer de forma competente o papel parental. Bandura (1997) sugere que a autoeficácia parental deve ser entendida como uma variável cognitiva, com uma função motivacional. De facto, a autoconfiança é essencial ao sentido de competência parental (Coleman & Karraker, 2003).

A importância que a autoeficácia parental assume no seio familiar é destacada por Sigel e McGillicuddy-De Lisi (2002), que adiantam que as crenças, a confiança e o julgamento que os pais fazem quanto à sua eficácia parental relacionam-se intimamente com o funcionamento familiar. É o que tem sido demonstrado em várias investigações que revelam correlações positivas entre a autoeficácia parental e o envolvimento em atividades de aprendizagem em casa com a criança (Machida, Taylor & Kim, 2002), a satisfação conjugal (Sevigny & Loutzenhiser, 2009) e os sentimentos de eficácia geral e a satisfação materna (Sevigny & Loutzenhiser, 2009). Também têm sido encontradas correlações negativas entre a autoeficácia parental e o uso de comportamentos disciplinares coercivos e inconsistentes (Bondy & Mash, 1999; Gross, Sambrook & Fogg, 1999), o stress parental (Dunning & Giallo, 2012; Sevigny & Loutzenhiser, 2009), a fadiga (Cooklin, Giallo & Rose, 2011) e os sintomas depressivos parentais (Gross et al., 1999; Sevigny & Loutzenhiser, 2009).

Belsky (1984) propôs um modelo explicativo do funcionamento parental, com base na identificação de três domínios determinantes: (1) características pessoais dos pais, (2) características das crianças e (3) fontes contextuais de stress e suporte. De acordo com este modelo, os comportamentos parentais são determinados pela ação recíproca destes três domínios. Contudo, a sua influência não é idêntica. Para Belsky (1984), as características pessoais dos pais são o fator mais determinante, pela influência direta que

exercem sobre a parentalidade e pela influência indireta que poderão assumir nas relações sociais. Segue-se o contexto social, sobretudo no que respeita ao relacionamento conjugal, e as características da criança, passíveis de determinar os pensamentos e comportamentos parentais. Tendo por base o modelo de Belksy (1984), Sevigny e Loutzenhiser (2009) verificaram que, no que respeita às variáveis pessoais dos pais (autoeficácia geral, depressão e stress), existem diferenças em função do sexo, sendo a autoeficácia parental predita pelo stress, no caso dos pais, e pela autoeficácia geral, no caso das mães. Por seu lado, o nível de autoeficácia parental das mães apresenta um efeito preditor no relacionamento interpessoal dos seus filhos, designadamente nos níveis de agressão, exclusão, medo/ansiedade, hiperatividade e vitimização de pares (Seçer, Gulay Ogelman, Onder & Berengi, 2012). No mesmo sentido, Gross et al. (1999) encontraram uma relação entre os problemas de comportamento nas crianças e baixos níveis de autoeficácia parental. A escolaridade dos pais parece não estar relacionada com a autoeficácia parental (Sevigny & Loutzenhiser, 2009).

No que respeita às variáveis familiares, Sevigny e Loutzenhiser (2009) verificaram que o funcionamento relacional do casal (ou seja, a satisfação conjugal e o funcionamento familiar) prediz a autoeficácia parental de ambos. As características da criança (idade, sexo e temperamento), por seu lado, não mostraram ser preditoras da autoeficácia parental (Sevigny & Loutzenhiser, 2009). Contudo, estes autores encontraram uma associação entre o sexo da criança e a autoeficácia das mães, verificando-se que as mães de raparigas se sentiam mais eficazes do que as mães de rapazes.

3. Satisfação parental

A satisfação parental, que se encontra fortemente relacionada com a autoeficácia, assume-se como outra componente importante do sentido de competência parental, sendo descrita como a qualidade do afeto positivo associado à parentalidade, designadamente em termos de alegria ou prazer (Rogers & Matthews, 2004).

De acordo com Dix (1991), a parentalidade assume-se como uma experiência emocional. As emoções parentais refletem o bem-estar da relação pais-filhos, podendo ser vistas como barómetros da qualidade da parentalidade, dos resultados de desenvolvimento previstos para crianças, bem como do impacto que as tensões e suportes ambientais têm na família.

A satisfação resulta também da concretização de objetivos que são valorizados pelos pais, sendo que pais com uma autoeficácia baixa têm maior probabilidade de sentirem menos prazer nas suas experiências parentais (Coleman & Karraker, 1997). Segundo Goodnow e Collins (1990), considerando a relação entre cognições, afetos e comportamentos dos pais, existem três aspetos que podem, simultânea ou isoladamente, surgir e atuar como fontes de satisfação parental: (1) quando os pais sentem que são capazes de atuar de acordo com as suas ideias, assegurando uma coerência entre princípios e valores educativos parentais e os seus comportamentos; (2) quando percebem uma concordância entre o comportamento e as realizações da criança e as expectativas que tinham relativamente a ela; (3) e quando se sentem competentes no seu papel de pais. Os pais precisam, por isso, de se sentir eficazes nas suas tarefas parentais para que se sintam satisfeitos enquanto pais (Hudson, Elek & Fleck, 2001).

Vários estudos têm demonstrado que níveis de satisfação parental baixos encontram-se fortemente associados a problemas de comportamento nas crianças (Johnston & Mash, 1989; Ohan, Leung & Johnston, 2000), a depressão, ansiedade e stress parental (Rogers & Matthews, 2004) e a práticas parentais disfuncionais como permissividade e hiperreatividade parental (Ohan et al., 2000; Rogers & Matthews, 2004). Níveis altos de satisfação parental associam-se com estilos parentais menos restritivos (Ohan et al., 2000; Rogers & Matthews, 2004).

As características dos pais, as características dos filhos, os fatores contextuais e as variáveis familiares têm também sido apontados como fatores que se relacionam com os níveis de satisfação parental sentidos. No que respeita às características dos pais, o género (Canavarro & Pedrosa, 2005) e o nível de escolaridade (Cabrera, Shannon & Tamis-LeMonda, 2007; Monteiro, Veríssimo, Castro & Oliveira, 2006; Veroff, Douvan & Kulka, 1981, in Goetting, 1986) parecem ser os fatores mais determinantes. Assim, no que respeita ao género, as mães parecem sentir-se mais satisfeitas do que os pais (Canavarro & Pedrosa, 2005). Em relação ao nível de escolaridade, os resultados não são consensuais (Cabrera et al., 2007; Chilman, 1980; Monteiro et al., 2006; Veroff et al., 1981 in Goetting, 1986), na medida em que alguns autores não encontraram relação com a satisfação parental e outros sugerem que pode associar-se a níveis de escolaridade tanto mais baixos como mais altos.

Relativamente às características dos filhos, aquelas que parecem ser importantes para a satisfação parental são o género (Lowenthal, Thurnher, Chiriboga & Thurner, 1975 in Goetting, 1986; Maccoby & Jacklin, 1974; Weinberg et al., 1999) e a idade da criança

(Lowenthal et al., 1975 in Goetting, 1986), esperando-se que os pais de crianças do sexo feminino e os pais de crianças mais novas se sintam mais satisfeitos, comparativamente a pais de crianças do sexo masculino e a pais de adolescentes. O suporte social (Colletta, 1981, in Goetting, 1986), enquanto fator contextual, bem como a idade em que se tornaram pais (Wolfe, 1982, in Goetting, 1986) e a satisfação conjugal (Arendell, 1996), enquanto variáveis familiares, têm sido apontados como os fatores que mais se associam com os níveis de satisfação parental sentidos. Nesse sentido, os pais que apresentam um suporte social consistente (Colletta, 1981, in Goetting, 1986), que foram pais mais tardiamente, após terem solidificado as suas carreiras profissionais, (Wolfe, 1982, in Goetting, 1986) e que se sentem satisfeitos na sua relação conjugal (Arendell, 1996) mostram-se, tendencialmente, mais satisfeitos no exercício das suas funções parentais.

4. Síntese

O presente capítulo começou por sintetizar a informação relativa aos comportamentos disciplinares parentais, interessando sobretudo perceber de que forma é que a sua utilização se relaciona com as crenças parentais, particularmente em termos de eficácia. Nesse sentido, e atendendo à teoria de autoeficácia de Bandura (1977), importa, por um lado, conhecer as “expectativas de resultado” dos pais relativamente aos comportamentos disciplinares parentais, isto é, perceber que resultados esperam eles alcançar mediante a utilização de comportamentos disciplinares específicos; e, por outro, avaliar as “expectativas de autoeficácia” dos pais relativamente às suas funções parentais em geral, ou seja, perceber que avaliação fazem os pais da sua capacidade para executarem eficazmente ações específicas em determinadas situações. Consequentemente, não poderíamos deixar de atender à importância assumida pelos processos afetivos no desempenho das funções parentais, afigurando-se o estudo da satisfação como particularmente importante por duas razões: por um lado, porque a satisfação parental corresponde a uma dimensão afetiva que se relaciona fortemente com uma dimensão mais cognitiva, que é a autoeficácia e, por outro, porque vários estudos têm encontrado associações entre a satisfação parental e os comportamentos disciplinares utilizados pelos pais.

Da revisão da literatura efetuada verificamos que existe pouca investigação atual sobre os comportamentos disciplinares mais frequentes em função do sexo e da idade da criança, particularmente no contexto português. Constatamos também que a investigação acerca da associação entre comportamentos disciplinares e o sentido de eficácia e

satisfação parentais é escassa. Nesse sentido, o estudo empírico que será apresentado no capítulo 2 procura preencher estas lacunas na investigação.

CAPÍTULO II

**Comportamentos disciplinares, eficácia e satisfação parentais
em mães de crianças de idade pré-escolar**

Estudo empírico

1. Objetivos do estudo

Na generalidade, os pais desejam o melhor para os seus filhos. No entanto nem sempre dispõem dos recursos e do conhecimento necessário acerca do desenvolvimento da criança e das respostas disciplinares mais apropriadas (Ateah, 2003). Assim sendo, e sabendo que aquilo que os pais pensam (crenças) e aquilo que os pais sentem (afetos) se relacionam com as suas ações (comportamentos), o presente estudo procura focar três pontos essenciais. Em primeiro lugar, propõe-se identificar quais os comportamentos disciplinares mais utilizados pelas mães de crianças em idade pré-escolar, quando confrontadas com comportamentos inadequados por parte dos seus filhos. Neste domínio, e tendo em conta os dados da literatura, verifica-se que há um estudo bastante extenso acerca da utilização da punição física e suas implicações (Akmatov, 2011; Cappa & Khan, 2011; Hess & McDevitt, 1984; Oveisi et al., 2010) mas bastante mais reduzido sobre os outros comportamentos disciplinares. Contudo, o presente estudo pretende ir mais além, tendo como objetivo proporcionar uma visão mais alargada acerca da utilização das técnicas disciplinares coercivas e não coercivas. De acordo com a revisão da literatura, espera-se que as características da criança (como o sexo e a idade cronológica) e as características da mãe (como a escolaridade) se associem com a utilização dos comportamentos disciplinares parentais. Por conseguinte, espera-se que a indução seja o comportamento disciplinar mais utilizado com crianças mais velhas, com crianças do sexo feminino e por mães com um nível de escolaridade mais elevado.

Em segundo lugar, pretende-se estabelecer uma associação entre os comportamentos disciplinares e as crenças de eficácia que lhes estão associadas, de modo a perceber se os comportamentos disciplinares utilizados pelas mães são ou não percebidos por elas como eficazes. Desta forma, podemos aferir a congruência entre a frequência com que determinado comportamento é utilizado e a perceção de eficácia que lhe é atribuída. Essencialmente procura-se clarificar se, a título de exemplo, as mães que utilizam a explicação verbal como forma de mostrar à criança qual o comportamento correto, acreditam que este é um comportamento eficaz, ou se, por outro lado, as mães que utilizam a punição física não consideram que este seja um comportamento eficaz. Atendendo aos dados da literatura, espera-se que as mães utilizem com maior frequência os comportamentos disciplinares que consideram mais eficazes.

Por fim, procurar-se-á compreender de que forma o sentido de competência parental, designadamente ao nível da autoeficácia e da satisfação, se relaciona com os comportamentos disciplinares e com a eficácia que lhes é atribuída. Espera-se encontrar

uma associação entre a utilização e a eficácia dos comportamentos disciplinares parentais, com a autoeficácia e a satisfação parental. Considerando os dados da literatura, pais que apresentam níveis elevados de autoeficácia e satisfação parental tendem a adotar comportamentos disciplinares não coercivos.

Tendo em conta os objetivos supramencionados, foi planeado um estudo com um desenho de investigação correlacional, com mães de crianças em idade pré-escolar. Esta opção relativamente às características dos respondentes reside no facto de as mães serem ainda, atualmente, as figuras mais presentes no dia-a-dia das crianças. De facto, e muito embora nos últimos anos a figura paterna assuma cada vez mais um papel ativo na educação dos filhos, a mãe continua a assumir mais responsabilidades nas atividades e tarefas desenvolvimentais no quotidiano da criança (Lima, Serôdio & Cruz, 2011).

A opção por mães de crianças em idade pré-escolar relaciona-se com o facto de ser nesta faixa etária que começam a ser adotados, com maior frequência e de forma mais diversificada, os comportamentos disciplinares parentais, na medida em que os pais começam a colocar à criança um maior número de exigências em termos comportamentais (Cruz, 1999). Para além disso, tratando-se de crianças ainda em idade precoce, os resultados da investigação poderão assumir-se como um contributo valioso para intervenções no âmbito da educação parental, considerando-se que, quanto mais precoce a intervenção, mais efetivos serão os resultados da mesma.

2. Método

2.1. Participantes

Neste estudo participaram 128 mães de crianças em idade pré-escolar ($M=61.20$, $DP=8.24$), a frequentar jardins de infância públicos e privados dos distritos do Porto (62.50%), Braga (20.31%), Viana do Castelo (14.84%) e Aveiro (2.34%). Relativamente ao sexo das crianças, 55.47% pertencem ao sexo masculino e 44.53% ao sexo feminino.

No que respeita ao agregado familiar, 98.44% das mães e 92.19% dos pais vivem com a criança. Quanto ao nível de escolaridade, 48.44% das mães concluíram o ensino superior, 27.34% concluíram o 12º ano, 11.72% concluíram o 9º ano e 12.5% concluíram o 1º e 2º ciclos; em relação aos pais, 38.14% concluíram o ensino superior, 21.19% concluíram o 12º ano, 22.88% concluíram o 9º ano e 17.79% concluíram o 1º e 2º ciclos.

A escolaridade dos pais e das mães associa-se positivamente, com valores elevados e estatisticamente significativos, $r=.73$, $p=.000$.

Para além da criança sobre a qual o presente estudo incide, 51.56% das mães reportam a existência de mais um filho e 10.16% referem ter mais 2 filhos; 38.28% afirmam não ter mais filhos. A maior parte das crianças está incluída em famílias nucleares (89.06%).

2.2. Instrumentos

2.2.1. Questionário Sociodemográfico

Foi utilizado um questionário sociodemográfico (especificamente desenhado para o presente estudo), com o propósito de recolher, junto das mães, dados relativos à criança (idade e sexo), aos pais (escolaridade) e a outros elementos do agregado familiar.

2.2.2. Escala de Comportamentos Disciplinares Parentais

Para avaliar os comportamentos disciplinares parentais foi utilizada a Escala de Comportamentos Disciplinares Parentais (ECDP), desenvolvida originalmente com o intuito de avaliar com que frequência os pais recorrem aos comportamentos disciplinares parentais. Esta escala tem por objetivo avaliar as técnicas disciplinares parentais coercivas e não coercivas (Cruz, 2013b).

A ECDP é composta por 16 itens, cuja seleção decorreu da revisão da literatura, devendo os adultos avaliar, numa escala de cinco pontos (1=nunca; 5=sempre), a frequência com que utilizam aqueles comportamentos quando os filhos “se portam mal” (Cruz, 2013b).

Foi realizada uma análise de componentes principais com rotação varimax dos 16 itens. Como se pode verificar no quadro 1, foram extraídas 4 dimensões: (1) uma dimensão marcada pela punição não física e um nível de coerção moderado (α de Cronbach = .68); (2) uma dimensão relacionada com a disciplina mais indutiva e um nível de coerção muito baixo mas confrontativo (α de Cronbach = .69); (3) uma dimensão que inclui a punição física e a retirada do afeto, correspondendo a um nível de coerção elevado (α de Cronbach = .66) e uma dimensão relacionada com o evitamento do confronto, com um nível de coerção muito baixo e não confrontativo (α de Cronbach

= .49). Tendo esta última dimensão registado valores de consistência interna demasiado baixos, não foi contemplada nas análises posteriores.

Quadro 1. Análise de componentes principais da ECDP

Itens	1	2	3	4
Castigar	.78	.04	.14	-.04
“Time out”	.72	.09	-.05	-.10
Retirar regalias	.68	.13	-.01	.01
Ameaçar castigo	.56	.19	.13	.33
Ralhar	.34	-.03	.26	-.25
Questionar	-.01	.82	-.02	-.03
Explicar regras	-.01	.73	-.04	-.07
Explicar consequências	.38	.65	-.26	.05
Mostrar tristeza/deceção	.28	.57	.25	-.00
Dar palmada	.15	-.09	.84	-.06
Bater	.24	-.03	.72	.22
Retirar sentimentos	-.18	.08	.67	.16
Ignorar - estratégia	-.01	-.06	-.04	.70
“Subornar”	.03	.20	.15	.68
Ignorar	.05	-.11	.17	.66
Corrigir	.30	.34	.01	-.50
% Variância explicada	15.35	13.72	12.25	11.95
Alfas de Cronbach	.68	.69	.66	.49

Qui-quadrado = 455.79, df = 120, $p < .001$

Kaiser-Meyer-Olkin = .65

No estudo desenvolvido por Cruz (2013b), com mães de crianças em idade escolar, foi identificada uma estrutura factorial algo diferente com três dimensões conceptualmente distintas: (1) uma dimensão relacionada com a intervenção disciplinar indutiva, com um nível de coerção muito baixo (α de Cronbach = .70); (2) uma dimensão relacionada com a intervenção disciplinar verbal/emocional, com um nível de coerção moderado (α de Cronbach = .69); (3) uma dimensão relacionada com comportamentos de punição física e verbal, com um nível de coerção elevado (α de Cronbach = .69).

De um modo geral, percebe-se que, tal como constatado por Cruz (2013b), a dimensão relativa à indução inclui comportamentos disciplinares como explicar as regras,

explicar as consequências e questionar o porquê do comportamento da criança. Contudo, no presente estudo, a demonstração de tristeza e decepção por parte das mães surge incluída nesta dimensão, o que poderá ser explicado pela faixa etária destas crianças. Assim, com crianças de idade pré-escolar, as mães podem optar por acompanhar a explicação verbal de uma expressão emocional negativa, que reforce a mensagem transmitida verbalmente.

No presente estudo, contrariamente ao de Cruz (2013b), a punição não física representa uma dimensão distinta da punição física. A punição não física inclui comportamentos como retirar regalias, o “time-out”, a ameaça de castigo e o castigo propriamente dito, enquanto a punição física surge associada à retirada do afeto, contemplando a palmada, o bater e a retirada de sentimentos, eventualmente sentida pelos pais e pela própria criança como uma prática coerciva.

Especificamente para este estudo foi desenvolvida uma segunda parte deste questionário, com o objetivo de avaliar a perceção dos adultos acerca da eficácia de cada um dos comportamentos disciplinares listados nos 16 itens. Foi, por isso, realizado um estudo piloto com cinco mães de crianças em idade pré-escolar, que acederam participar numa entrevista semiestruturada com base nas duas partes da ECDP. O objetivo da entrevista foi perceber se a formulação das questões relativas à eficácia dos comportamentos disciplinares era facilmente compreensível pelas mães e quais as razões que justificavam essa apreciação. De facto, veio a confirmar-se que as mães compreenderam com facilidade todos os itens listados, apresentando-se em anexo o relatório relativo a este estudo piloto (cf anexo 1).

Na análise desta segunda parte da escala foram utilizadas as mesmas dimensões que na primeira, tendo-se obtido um alfa de Cronbach de .74 para a punição não física, um alfa de Cronbach de .70 para a indução e um alfa de Cronbach de .64 para a punição física.

2.2.3. Escala Ser mãe/Ser pai

Para avaliar o sentido de competência parental, foi utilizada a escala Ser mãe/Ser pai (SMSP), adaptada para português (Cruz & Abreu-Lima, 2013) a partir da tradução realizada pelo Triple P (Copyright 1989 by Lawrence Erlbaum Associates, Inc.) da *Being a Parent Scale* (Johnson & Mash, 1989), que constitui também ela uma adaptação do *Parenting Sense of Competence* (Gibaud-Wallston & Wandersman, 1978 in Johnson &

Mash, 1989). Esta escala cumpre o objetivo de avaliar a autoestima parental, expressa pela autoeficácia e satisfação dos pais relativamente à parentalidade.

Gibaud-Wallston e Wandersman (1978, in Johnston & Mash, 1989) identificaram, primeiramente, duas dimensões referentes a habilidade/conhecimento e valor/conforto, que correspondem aos dois fatores identificados posteriormente por Johnston e Mash (1989): eficácia e satisfação. A eficácia é uma dimensão instrumental que reflete a competência, a capacidade de resolução de problemas e a capacidade de desempenhar o papel parental, podendo ser entendida como a competência percebida pelos pais relativamente à parentalidade. A satisfação é uma dimensão afetiva que reflete a frustração, ansiedade e motivação dos pais, podendo ser definida como o prazer que estes têm no desempenho do seu papel parental.

A versão portuguesa da escala é composta por 16 itens e os respondentes devem indicar o seu nível de concordância numa escala de 6 pontos (1=concordo totalmente; 6=discordo totalmente). Sete itens (1, 6, 7, 10, 11, 13, 15) correspondem a cotações invertidas. Resultados elevados indicam experiências parentais positivas.

Vários estudos têm encontrado níveis aceitáveis de consistência interna. No estudo de Johnston e Mash (1989), os valores de alfa de Cronbach são de .76 e .75 para a eficácia e para a satisfação, respetivamente. Nas dissertações de mestrado de Martins (2009), com uma amostra de mães em risco psicossocial, e de Meneses (2010), com uma amostra de mães referenciadas para acompanhamento psicológico, foi verificado um coeficiente alfa de Cronbach de .87 para a eficácia (sem o item 7) e de .79 para a satisfação (sem os itens 12 e 14).

Os resultados do presente trabalho traduzem um coeficiente alfa de Cronbach de .67 para a eficácia e de .83 para a satisfação.

2.3. Procedimento

As participantes foram contactadas maioritariamente através das direções dos jardins-de-infância, às quais foram pedidas autorizações (cf. anexo 2) que permitissem o contacto direto com as educadoras, de modo a serem elas a mediar a entrega das autorizações e dos questionários às mães (cf. anexo 3). Conseguidas estas autorizações, procedeu-se à recolha de dados junto de 128 mães de crianças que frequentavam esses jardins-de-infância.

No total foram entregues 267 questionários, tendo sido devolvidos devidamente preenchidos 128, o que corresponde a uma taxa de resposta de 47.9%.

3. Resultados

3.1. Análises preliminares

Foi realizada a análise da distribuição das variáveis, com base na utilização dos critérios de assimetria, curtose e indicador *Kolmogorov-Smirnov*. Verificou-se, tal como é visível no quadro 2, que os coeficientes de assimetria e curtose apontam genericamente para uma distribuição normal enquanto que o coeficiente de *Kolmogorov-Smirnov* aponta no sentido contrário, com exceção da autoeficácia. No entanto, tendo em conta que a amostra tem uma dimensão relativamente grande, optamos por recorrer à utilização de testes paramétricos.

Quadro 2. Indicadores de distribuição normal: ECD e SMSP

	Assimetria (EP)	Curtose (EP)	<i>Kolmogorov-Smirnov</i>
Uso dos Comportamentos Disciplinares Parentais			
Punição física	1.16 (.21)	3.53 (.43)	.000 ***
Punição não física	-.37 (.21)	.54 (.43)	.000 ***
Indução	-.50 (.21)	-.08 (.43)	.000 ***
Eficácia dos Comportamentos Disciplinares Parentais			
Punição física	1.13 (.21)	1.2 (.43)	.000 ***
Punição não física	-.48 (.21)	-.13 (.43)	.002 **
Indução	-.16 (.21)	.10 (.43)	.004 **
Sentido de Competência Parental			
Autoeficácia	-.13 (.21)	-.01 (.43)	.200
Satisfação	-.94 (.21)	1.26 (.43)	.002 **

* p<.05 ** p<.01 ***p<.001

3.2. Análises principais

Em primeiro lugar, procedeu-se a uma análise do uso que é feito pelas mães dos comportamentos disciplinares, bem como da perceção de eficácia que lhes está associada. Paralelamente, procurou-se perceber quais os níveis de satisfação e eficácia

gerais evidenciados pelas mães, que constituem um indicador do nível de competência parental percebida. O quadro 3 apresenta as estatísticas descritivas para as medidas avaliadas pela ECD e pelo SMSP, considerando o sexo das crianças.

Quadro 3. Estatísticas descritivas: ECD e SMSP

	MASC. M(DP)	FEM. M(DP)	TOTAL (M(DP))	MIN-MÁX
Uso dos Comportamentos Disciplinares Parentais				
Punição física	1.82 (.59)	1.86 (.53)	1.84 (.57)	1 – 4.68
Punição não física	2.92 (.71)	2.75 (.56)	2.84 (.65)	1 – 4.5
Indução	4.23 (.58)	3.84 (.65)	4.06 (.64)	2 – 5
Eficácia dos Comportamentos Disciplinares Parentais				
Punição física	2.01 (.78)	2 (.71)	2.01 (.74)	1 – 4.67
Punição não física	3.38 (.85)	3.02 (.69)	3.22 (.80)	1 – 4.75
Indução	3.86 (.69)	3.57 (.57)	3.73 (.66)	1.75 – 5
Sentido de Competência Parental				
Autoeficácia	4.33 (.65)	4.32 (.58)	4.33 (.62)	2.71 – 5.86
Satisfação	4.64 (.79)	4.28 (.88)	4.48 (.85)	1.67 – 6

O primeiro objetivo da presente investigação visa a identificação dos comportamentos disciplinares mais utilizados pelas mães. Nesse sentido, e de acordo com os resultados encontrados, verificou-se que no grupo de mães em questão, a indução se destaca como o comportamento disciplinar mais adotado, seguido pela punição não física e por fim, pela punição física. Da mesma maneira, relativamente à percepção de eficácia destes mesmos comportamentos, constatou-se que para as mães a indução é encarada como o comportamento disciplinar parental mais eficaz, seguido da punição não física e, só depois, da punição física.

De modo a verificar a relação entre o uso dos comportamentos disciplinares parentais por parte das mães e os fatores sociodemográficos, realizaram-se diversos procedimentos estatísticos. Através do *t test* para amostras independentes, verificou-se que a utilização de práticas disciplinares indutivas varia significativamente em função do sexo da criança, $t(126)=-3.61$, $p=.000$, apresentando as mães de filhos do sexo masculino comportamentos mais indutivos.

No que respeita à idade cronológica das crianças constatou-se, através do coeficiente de correlação de *Pearson*, que existe uma correlação positiva, baixa, estatisticamente significativa, entre a utilização da punição física e a idade cronológica das crianças, $r=.27$, $p=.002$, pelo que, quanto mais velhas as crianças, mais as mães recorrem a esta prática disciplinar.

Relativamente à escolaridade das mães, verifica-se uma correlação negativa, baixa, estatisticamente significativa com a utilização da punição física, $r=-.33$, $p=.000$, o que significa que, quanto mais escolarizadas as mães, menos estas recorrem à punição física.

O segundo objetivo da presente investigação consiste em perceber a relação entre os comportamentos disciplinares utilizados pelas mães e a eficácia associada a esses mesmos comportamentos. Para dar resposta a este objetivo procedeu-se a uma análise correlacional entre o uso dos comportamentos disciplinares parentais e a eficácia percebida relativamente aos mesmos. O quadro 4 sintetiza os resultados encontrados.

Quadro 4. Correlações entre as dimensões relativas ao uso e à eficácia dos Comportamentos Disciplinares Parentais

	1	2	3	4	5
1. Uso Punição física	-				
2. Uso Punição não física	.19*	-			
3. Uso Indução	-.03	.37***	-		
4. Eficácia Punição física	.57***	.28***	-.02	-	
5. Eficácia Punição não física	-.01	.67***	.35***	.31***	-
6. Eficácia Indução	-.22**	.06	.59***	-.13	.37***

* $p < .05$ ** $p < .01$ *** $p < .001$

Numa primeira análise, verifica-se que todos os comportamentos disciplinares parentais, se correlacionam positivamente e de forma moderada, com a perceção de eficácia que lhes é atribuída, variando os coeficientes entre .57 (punição física) e .67 (punição não física). Isto significa que, em geral, os comportamentos utilizados pelas mães são por elas também considerados como eficazes.

Numa análise mais detalhada, verifica-se que a utilização da punição não física se correlaciona, positivamente e com valores baixos, com a utilização da punição física (.19) e também, positivamente e de forma moderada, com a indução (.37). Isto significa que as mães que utilizam a punição não física tendem também a recorrer à punição física e à indução. Pelo contrário, não existe qualquer associação entre a punição física e a indução (-.03). Em termos de eficácia percebida, verifica-se que as mães que consideram a punição não física como sendo eficaz apresentam a mesma perceção relativamente à punição física (.31) e à indução (.37).

Por outro lado, observa-se uma correlação negativa, muito baixa (-.22), entre a utilização da punição física e a eficácia atribuída à indução, permitindo-nos concluir que as mães que mais utilizam a punição física enquanto comportamento disciplinar tendem a encarar a indução como uma técnica pouco eficaz.

Para uma análise mais aprofundada da consistência entre os comportamentos disciplinares parentais e a sua eficácia, calculou-se a diferença de médias entre as pontuações relativas ao uso e à eficácia dos comportamentos disciplinares. Num primeiro momento calculamos a diferença item a item entre a nota de frequência e a nota de eficácia. Posteriormente, construímos as dimensões a partir da média dessas diferenças nos itens correspondentes. Verificou-se que, para a punição física as pontuações variaram entre 0 e 2.33 ($M=.47$, $DP=.51$), enquanto que para a punição não física ($M=.72$, $DP=.50$) e para a indução ($M=.63$, $DP=.45$) variam entre 0 e 2.5. Percebe-se, por isso, que a discrepância entre o uso e a eficácia dos comportamentos disciplinares é, em média, baixa.

A análise da eficácia atribuída pelas mães aos comportamentos disciplinares parentais em função do sexo da criança permite constatar que a eficácia percebida relativamente à punição não física, $t(126)=-2.60$, $p=.01$, e à indução, $t(126)=-2.57$, $p=.01$, varia significativamente, sendo que as mães de crianças do sexo masculino percecionam estes comportamentos como sendo mais eficazes. Por outro lado, a idade cronológica das crianças parece não ter qualquer relação com a eficácia atribuída pelas mães aos comportamentos disciplinares parentais.

Relativamente à escolaridade das mães foi encontrada uma correlação negativa, baixa, estatisticamente significativa, com a eficácia atribuída à punição física, $r=-.27$, $p=.002$, mostrando que, quanto mais escolarizadas as mães, menos eficácia atribuem à punição física.

Por último, e de modo a dar resposta ao terceiro objetivo, que visa compreender de que forma o sentido de competência parental, designadamente ao nível da autoeficácia e satisfação, se relaciona com os comportamentos disciplinares utilizados, procedeu-se a uma análise correlacional entre o uso e a eficácia atribuída aos comportamentos disciplinares parentais e o sentido de competência parental, avaliado em termos de autoeficácia e satisfação. O quadro 5 sintetiza os resultados encontrados.

Quadro 5. Correlações entre as dimensões relativas aos Comportamentos Disciplinares Parentais e a Autoeficácia e Satisfação Parentais

	Autoeficácia Parental	Satisfação Parental
1. Uso Punição física	-.08	-.33***
2. Uso Punição não física	-.04	-.14
3. Uso Indução	-.01	.08
4. Eficácia Punição física	.19*	-.29***
5. Eficácia Punição não física	-.01	-.03
6. Eficácia Indução	.06	.14

* $p < .05$ ** $p < .01$ *** $p < .001$

No que concerne à autoeficácia parental, verifica-se uma correlação positiva, baixa, com a eficácia atribuída à punição física, $r = .19$, $p = .03$. Isto significa que, quando as mães consideram a punição física eficaz, tendem a sentir-se eficazes no seu papel parental.

Relativamente à satisfação parental, verifica-se uma correlação negativa, moderada, com a utilização da punição física e com a sua eficácia. Isto significa que, quanto mais satisfeitas se sentem as mães, menos tendem a recorrer à punição física em situações disciplinares e menos eficácia lhe atribuem.

Relativamente à relação entre o sentido de competência parental e os factores sociodemográficos, verifica-se que as mães de crianças do sexo masculino experienciam sentimentos de maior satisfação comparativamente às mães de crianças do sexo feminino, $t(126) = -2.35$, $p = .02$. No que concerne à autoeficácia não se verificam diferenças significativas entre as mães de rapazes e raparigas.

A idade cronológica da criança não apresenta qualquer relação com a satisfação materna.

A escolaridade das mães correlaciona-se de forma positiva, moderada e estatisticamente significativa com os sentimentos de satisfação associados ao seu papel parental, $r=.50$, $p=.000$.

Finalmente, verificamos que a correlação entre a autoeficácia e a satisfação parental corresponde a $r=.15$, *n.s.* para a amostra global. Contudo, quando calculamos esta correlação para rapazes e raparigas verificamos que, no caso dos rapazes, ela passa a atingir valores baixos, mas estatisticamente significativos, $r=.33$, $p=.003$, enquanto que, no caso das raparigas, é nula, $r=-.06$, *n.s.*

CAPÍTULO III

Discussão

1. Discussão dos resultados

O presente capítulo pretende articular a informação recolhida através da revisão da literatura com os resultados encontrados na nossa investigação, procurando discutir as conclusões mais importantes, em função dos objetivos propostos.

De um modo geral, este trabalho procurou clarificar a relação entre os comportamentos, as crenças e os afetos dos pais, no âmbito das práticas disciplinares parentais. Procurou-se, por um lado, perceber qual a relação entre a utilização de comportamentos disciplinares específicos e as crenças que os pais possuem acerca da eficácia dos mesmos, e por outro, entender de que forma é que estas duas variáveis se associam com o sentido de competência parental, em termos de autoeficácia e satisfação.

O primeiro objetivo foi identificar quais os comportamentos disciplinares mais utilizados pelas mães de crianças em idade pré-escolar. O esperado seria que as características das crianças e as características das mães, consideradas fundamentais na determinação das respostas disciplinares, se associassem com a utilização dos comportamentos disciplinares parentais, sendo que os resultados encontrados comprovaram isso mesmo.

Relativamente às características das crianças, os resultados demonstraram existir uma associação entre o sexo da criança e a utilização de comportamentos disciplinares indutivos, sendo estes comportamentos mais utilizados pelas mães de crianças do sexo masculino. Não temos dados da literatura que permitam explicar estes resultados, na medida em que a investigação tem incidido sobretudo sobre os comportamentos disciplinares de afirmação de poder e não de indução (Cruz, 2013a). Sabe-se, contudo, que os pais tendem a adotar com os rapazes comportamentos mais coercivos (Pinderhughes et al., 2000) possivelmente porque os percecionam como sendo mais agressivos (Gervai et al., 1988). Nesse sentido, os rapazes exigem por parte dos pais um maior controlo comportamental (Gervai et al., 1988; Kendall & Wilcox, 1979), o que poderá levá-los a considerarem que os rapazes precisam de maior orientação e de um maior número de explicações comparativamente às raparigas. É também possível que, considerando que as mães desta amostra apresentam maioritariamente um nível de escolaridade mais elevado, estas perspetivem a indução como o comportamento mais indicado a utilizar para promover o autocontrolo dos seus filhos.

Relativamente à idade cronológica, os resultados demonstraram que, quanto mais velhas as crianças, mais as mães recorriam à punição física enquanto técnica disciplinar,

possivelmente por considerarem que estas crianças deveriam já comportar-se de forma mais adequada. O que se observa é que as mães parecem ficar mais aborrecidas com o comportamento indesejável de crianças mais velhas, ao considerarem que estas compreendem que estão a agir de forma errada (Dix et al., 1989). Por outro lado, a literatura sugere que à medida que a criança cresce, os pais tendem a modificar o tipo de comportamentos disciplinares utilizados (Reppold et al., 2005), sendo a partir da idade pré-escolar, que os pais começam a adotar comportamentos disciplinares mais indutivos (Cruz, 2013a). Na presente amostra, os comportamentos disciplinares indutivos foram, de facto, os mais utilizados pelas mães. Contudo, e contrariamente ao esperado, não foram encontradas correlações estatisticamente significativas entre a sua utilização e a idade cronológica da criança, o que poderá relacionar-se com a reduzida amplitude de idades presentes na nossa amostra comparativamente a outras investigações. Ainda assim, atendendo a que os comportamentos indutivos variam em função do sexo da criança teria sentido analisar a associação entre os comportamentos indutivos e a idade da criança separadamente, para os rapazes e para as raparigas.

Em relação às características das mães constatou-se que o seu nível de escolaridade se associa negativamente com a utilização da punição física. Assim, as mães mais escolarizadas parecem recorrer menos à punição física, o que é suportado pelos dados da investigação que sugerem que pais com níveis de escolaridade mais elevados utilizam menos práticas coercivas (Cruz, 1996; 2013a; Melby & Conger, 1996). No entanto, neste estudo não encontramos relação entre a escolaridade das mães e o uso de técnicas indutivas, contrariamente ao que seria expectável se atendermos a algumas investigações que referem que, quanto mais escolarizados os pais, maior a utilização de técnicas indutivas (Cruz, 1996, 2013a; Minton et al., 1971). Kuczynski et al. (1987) relatam, inclusivamente, que pais e mães mais escolarizados recorrem mais a explicações e sugestões e mostram-se mais responsivos às necessidades da criança. Neste estudo, provavelmente pelo facto de o nível de escolaridade das mães ser, em média, elevado, a existência desta relação não foi evidenciada.

O segundo objetivo desta investigação visou perceber a relação entre o uso dos comportamentos disciplinares e a eficácia que as mães lhes atribuíam. Esperava-se que os comportamentos mais utilizados pelas mães fossem também os que estas consideravam serem mais eficazes. De facto, a literatura sugere que os pais tendem a agir de acordo com as suas crenças (Cappa & Khan, 2011; Sigel & McGillicuddy-De Lisi, 2002) e como tal, partindo do princípio que determinado comportamento é visto pelas mães como eficaz, espera-se que o mesmo seja por elas utilizado. Os resultados

encontrados apontam para a congruência entre comportamentos e crenças, pois parece existir uma associação entre as crenças maternas de eficácia relativamente aos comportamentos disciplinares e a utilização desses mesmos comportamentos. A análise realizada ao nível das diferenças entre o uso e a eficácia dos comportamentos disciplinares comprova isso mesmo, na medida em que a discrepância encontrada é consideravelmente baixa para os três comportamentos avaliados, em particular para a punição física. Isto significa que, com base no modelo de guia de Rodrigo e Palacios (1998), as mães utilizam tendencialmente comportamentos que acreditam ser eficazes.

No entanto, e à semelhança de outros estudos já realizados, parece também existir uma tendência para utilizar múltiplos comportamentos disciplinares (Grusec & Kuczynski, 1980; Hoffman, 1994; Kremer et al., 2010; Thompson, et al., 1999), tendo-se verificado nesta investigação que as mães que utilizavam a punição não física recorriam também à punição física e à indução, considerando-as igualmente eficazes. Por um lado, em nosso entender, estes dados podem sugerir que mães que utilizam a punição não física poderão recorrer à punição física por dois motivos: em primeiro lugar, por ambas corresponderem a comportamentos disciplinares coercivos, com níveis de intensidade distintos e, em segundo lugar, considerando a informação recolhida com as mães que participaram no estudo piloto, porque a punição física parece ser especialmente utilizada em situações limite, quando as mães já não sabem o que fazer ou quando a situação pode constituir-se como um perigo para a criança. (cf. anexo 1). Por outro lado, as mães que utilizam a punição não física poderão recorrer à indução quando pretendem que a criança interiorize os valores e atitudes que lhe são transmitidos e não se limite apenas a antecipar as consequências negativas do comportamento para si mesma (Grusec & Goodnow, 1994).

Em contrapartida, foi encontrada uma associação negativa entre a utilização da punição física e a eficácia atribuída à indução, pelo que quanto mais as mães utilizam a punição física, menos consideram eficaz a indução. Estes resultados refletem, mais uma vez, a congruência entre as crenças e os comportamentos maternos, na medida em que se tratam de técnicas disciplinares com características totalmente distintas: uma com nível de coerção elevado e a outra não coerciva.

Em suma, podemos concluir que a utilização de comportamentos disciplinares combinados reflete, de certa forma, a perceção que as mães têm acerca da eficácia desses comportamentos. Esta perceção fará com que, de entre o leque de

comportamentos de que dispõem, as mães selecionem aqueles que lhes parecem mais eficazes e adequados ao comportamento específico da criança.

As características das crianças e as características das mães parecem relacionar-se com a eficácia atribuída pelas mães aos comportamentos disciplinares parentais.

Relativamente às características das crianças, verifica-se que o sexo se relaciona com a eficácia atribuída pelas mães à indução, tal como verificamos relativamente à utilização da mesma, mas também se relaciona com a eficácia atribuída pelas mães à punição não física, o que poderá, em parte, ser explicado pela associação encontrada entre estes dois comportamentos. Assim, verifica-se que as mães de crianças do sexo masculino consideram quer a indução quer a punição não física como sendo mais eficazes comparativamente às mães de crianças do sexo feminino. Relativamente à idade da criança, não foi encontrada nenhuma relação significativa com a eficácia atribuída pelas mães aos comportamentos disciplinares parentais. Neste sentido, concluímos que, enquanto a utilização dos comportamentos disciplinares parentais varia em função da idade da criança, o mesmo não se observa relativamente à perceção de eficácia dos mesmos pelas mães.

Em relação às características das mães, foi encontrada uma associação negativa entre a escolaridade e a eficácia da punição física, pelo que mães mais escolarizadas tendem a considerar a punição física como menos eficaz comparativamente às mães com níveis de escolaridade inferiores. Tal como enunciado anteriormente, a escolaridade dos pais assume-se como uma variável importante no âmbito dos comportamentos disciplinares parentais, associando-se com a utilização de técnicas menos coercivas. Nesse sentido, as mães mais escolarizadas apresentam, por um lado, uma maior sensibilidade para a necessidade de adotar comportamentos disciplinares que favoreçam a interiorização das normas e valores sociais e, por outro, apresentam crenças educativas diferenciadas face a mães de níveis de escolaridade inferiores (Cruz, 1996). Por conseguinte, e considerando que os dados encontrados apontam para a congruência entre comportamentos e crenças, espera-se que, utilizando as mães escolarizadas menos técnicas coercivas, as suas crenças de eficácia face às mesmas sejam consideravelmente baixas.

No que concerne ao terceiro objetivo, esperava-se que a utilização dos comportamentos disciplinares parentais, bem como a eficácia que lhes é atribuída, se relacionasse com o sentido de competência parental, avaliado em termos de autoeficácia e satisfação.

Os resultados demonstraram que não foi encontrada qualquer relação entre a utilização dos comportamentos disciplinares parentais e a autoeficácia materna, contrariamente ao que seria expectável, considerando os dados da investigação que referem existir uma associação negativa entre o uso de comportamentos disciplinares coercivos e a autoeficácia parental (Bondy & Mash, 1999; Gross, Sambrook & Fogg, 1999). Neste estudo, o que encontramos foi uma relação positiva entre as crenças de eficácia relativas à punição física e o sentido de autoeficácia parental. Isto revela que, percebendo a punição física como uma estratégia eficaz, as mães poderão sentir-se mais eficazes no desempenho das suas funções parentais em geral. O mesmo não acontece com a punição não física nem com a indução, já que não foram encontradas associações com o sentido de autoeficácia. Que seja do nosso conhecimento, não existem dados na literatura que sustentem estes resultados, contudo, é possível que para algumas mães o seu sentido de autoeficácia parental seja estimulado pela percepção de eficácia a curto prazo associada ao comportamento disciplinar mais coercivo. De facto, sabemos que a punição física produz efeitos sobretudo imediatos (Hoffman, 1985), que poderão eventualmente contribuir para um maior sentido de autoeficácia parental a curto prazo.

Os fatores sociodemográficos, designadamente em termos de características das crianças e das mães, não parecem relacionar-se com a autoeficácia materna nesta amostra. Estes resultados vão de encontro ao estudo de Seigny e Loutzenhiser (2009), na medida em que não foi encontrada relação entre a idade das crianças (neste caso entre os 18 e os 36 meses) e a escolaridade dos pais e a autoeficácia parental. No entanto, de acordo com estes autores, seria esperado que as mães de crianças do sexo feminino apresentassem níveis de autoeficácia mais elevados do que as mães de crianças do sexo masculino. No nosso estudo, tal não se verificou.

No que respeita à satisfação parental, foi encontrada uma associação negativa com a utilização e as crenças de eficácia relativas à punição física. Nesse sentido, os resultados sugerem que, quanto mais satisfeitas se sentem as mães, menos estas recorrem à punição física e menos eficácia lhes atribuem. Estes dados são suportados pela investigação, na medida em que vários estudos têm encontrado correlações positivas entre níveis altos de satisfação parental e práticas parentais mais ajustadas (Ohan et al., 2000; Rogers & Matthews, 2004). Sugere-se, portanto, que quanto mais satisfeitas estiverem as mães, menos necessidade sentem de recorrer a comportamentos disciplinares mais coercivos e menos eficácia lhes atribuem.

Considerando os fatores sociodemográficos, os resultados revelaram que as mães de crianças do sexo masculino e as mães mais escolarizadas parecem sentir-se mais satisfeitas no seu papel parental, verificando-se portanto uma associação entre a satisfação materna e o sexo das crianças e entre a satisfação materna e a escolaridade das mães.

No que respeita ao sexo das crianças, seria expectável que a satisfação parental fosse mais elevada em mães de crianças do sexo feminino, assumindo que as raparigas parecem transgredir menos as normas sociais (Leaper, 2002). No entanto, constituindo-se os rapazes como um maior desafio ao desempenho das funções parentais, é possível que práticas bem sucedidas possam contribuir para um grau de satisfação mais elevado comparativamente às raparigas. Para além disso, considera-se que as mudanças sentidas na sociedade, em termos dos papéis sociais, possam traduzir-se em alterações ao nível das metas educativas e estereótipos sociais para as crianças (Leaper, 2002), pelo que as mães poderão sentir-se mais satisfeitas com os papéis sociais desempenhados atualmente pelos rapazes.

Ainda ao nível das características das crianças, não foi encontrada nenhuma relação significativa entre a idade cronológica e a satisfação materna, muito embora alguns estudos sugiram que o sentimento de satisfação parental é maior durante os primeiros anos de vida da criança e menor durante o período da adolescência (Lowenthal et al., 1975 in Goetting, 1986). Atendendo à amplitude de idades da nossa amostra, não é possível avaliar estes resultados.

Quanto à relação entre a escolaridade das mães e a satisfação parental, os dados existentes na literatura não são consensuais. De acordo com Chilman (1980), o nível de escolaridade dos pais parece relacionar-se pouco com a satisfação na parentalidade. Contudo, outros autores destacam a relação existente entre estas duas variáveis. Veroff et al. (1981, in Goetting, 1986) referem que, quanto mais escolarizados os pais, menos satisfeitos estes se sentem no seu papel parental, essencialmente por duas razões: por um lado, os pais mais escolarizados têm uma maior consciencialização dos pontos positivos e negativos associados à parentalidade e, por outro, a sensação de bem-estar psicológico destes pais depende de um leque de aspetos mais amplo, nomeadamente da realização profissional e qualidade de vida, comparativamente aos pais menos escolarizados, para os quais a satisfação poderá depender mais exclusivamente do seu papel parental.

Noutro sentido, Cabrera et al. (2007) referem existir evidências de que os pais com níveis de escolaridade mais elevados envolvem-se mais nas tarefas escolares da criança e apresentam maior motivação para a parentalidade, com maior consciência das necessidades de desenvolvimento das crianças. Os resultados do nosso estudo vão neste sentido, na medida em que foi encontrada uma associação positiva entre a escolaridade das mães e a satisfação parental, sugerindo que, quanto mais escolarizadas são as mães, mais satisfeitas estas parecem sentir-se no seu papel parental. Porventura a capacidade para conciliar mais facilmente o trabalho e as atividades familiares, bem como o maior envolvimento parental na educação, organização e prestação de cuidados à criança, poderão assumir-se como outros fatores que favorecem a satisfação materna em mães com níveis de escolaridade mais elevados (Monteiro et al., 2006).

Por fim, e contrariamente ao que seria esperado, a autoeficácia e a satisfação das mães na nossa amostra não aparecem relacionadas entre si. Estes resultados diferem dos dados da literatura, que demonstram que os pais necessitam perceber-se como eficazes nas suas tarefas parentais para que se sintam satisfeitos enquanto pais (Hudson et al., 2001). Considerando que, ao analisar a relação entre a autoeficácia e a satisfação maternas, separadamente, para rapazes e raparigas, os resultados mostraram uma associação positiva entre estas duas variáveis apenas para os rapazes, podemos sugerir que, como já foi anteriormente descrito, o facto de os rapazes poderem constituir-se como um maior desafio para os pais permite compreender, em parte, estes resultados.

2. Limitações e contributos

O presente trabalho de investigação apresenta limitações, quer em termos do procedimento, quer em termos de resultados.

Em primeiro lugar, o preenchimento dos questionários pelas mães pode estar sujeito a erros interpretativos, bem como a um maior desgaste nos itens finais, o que poderá condicionar a fidelidade das respostas. Para além disso, os resultados poderiam ser enriquecidos se se tivesse procedido a uma entrevista às mães, de modo a explorar melhor as respostas dadas, permitindo-nos compreender mais detalhadamente as razões inerentes à utilização dos comportamentos disciplinares selecionados.

Outro aspeto a considerar relaciona-se com o facto da amostra ser constituída apenas por mães. Atendendo ao crescente envolvimento dos pais no quotidiano das crianças, teria sido bastante interessante recolher o mesmo tipo de dados com os pais.

Por último, considera-se que pelo facto de, na ECDP, os itens serem os mesmos para as duas partes da escala (frequência e eficácia), poderá ter acontecido um efeito de contágio, isto é, as mães podem apresentar maior tendência para responder da mesma forma aos itens que se repetem.

Esta investigação apresenta, contudo, contributos importantes para o estudo da parentalidade. Que seja do nosso conhecimento não existem muitos dados relativos à natureza dos comportamentos disciplinares parentais utilizados pelas mães portuguesas, o que constitui um passo importante neste domínio. Conhecendo as crenças das mães relativamente aos comportamentos disciplinares parentais e identificando as variáveis que com elas se relacionam, esperamos contribuir para a promoção de práticas parentais positivas, através de intervenções que atendam à satisfação das suas reais necessidades.

De acordo com Weber, Viezzer e Brandenburg (2004), é fundamental que os pais conheçam formas de educar mais eficazes, de modo a que possam criar e manter repertórios comportamentais adequados, que favoreçam o desenvolvimento social da criança. Considera-se, por isso, essencial que a educação parental direcione o seu foco, não apenas para a mudança de comportamentos, mas também para a mudança de crenças parentais, até porque sabemos que as práticas educativas coercivas estão ainda fortemente enraizadas na sociedade.

Dispondo de um leque mais alargado de técnicas disciplinares, conhecendo a eficácia das mesmas face aos objetivos pretendidos e compreendendo o impacto que a sua utilização pode ter no desenvolvimento da criança, os pais poderão adotar comportamentos disciplinares mais eficazes que assegurem o cumprimento das regras pela criança e contribuam para um maior sentido de competência parental, em termos de eficácia e satisfação.

Referências

Akmatov, M. K. (2011). Child abuse in 28 developing and transitional countries – results from the multiple indicator cluster surveys. *International Journal of Epidemiology*, 40, 219-227. doi: 10.1093/ije/dyq168.

Alvarenga, P. & Piccinini, C. (2001). Práticas educativas maternas e problemas de comportamento em pré-escolares. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 14 (3), 449-460. doi: 10.1590/S0102-79722001000300002.

Arendell, T. (1996): Co-parenting: a review of the literature. *National Center on fathers and families*. Philadelphia: University of Pennsylvania.

Ateah, C. A. (2003) Disciplinary practices with children: parental sources of information, attitudes, and educational needs. *Issues in Comprehensive Pediatric Nursing*, 26, 89-101. doi: 10.1080/01460860390197853.

Bandura, A. (1977). Self-efficacy: toward a unifying theory of behavioral change. *Psychological Review*, 84 (2), 191-215. doi: 10.1037/0033-295X.84.2.191.

Bandura, A. (1989). Regulation of cognitive processes through perceived self-efficacy. *Developmental Psychology*, 25 (5), 729-735. doi: 10.1037/0012-1649.25.5.729.

Bandura, A. (1997). *Self-efficacy: the exercise of control*. New York: W. H. Freeman.

Baumrind, D., Larzelere, R. E. & Owens, E. B. (2010). Effects of preschool parent's power assertive patterns and practices on adolescent development. *Parenting: Science and Practice*, 10, 157-201, doi: 10.1080/15295190903290790.

Belsky, J. (1984). The determinants of parenting: a process model. *Child Development*, 55, 83–96. doi: 10.1111/1467-8624.ep7405453.

Belsky, J. & Barends, N. (2002). Personality and parenting. In M. H. Bornstein (Ed.), *Handbook of parenting: Vol. 3. Being and becoming a parent*. (pp. 415-438). Mahwah: NJ: Lawrence Erlbaum Associates.

Biringen, Z., Emde, R. N., Brown, D., Lowe, L., Meyers, S. & Nelson, D. (1999). Emotional availability and emotion communication in naturalistic mother-infant interactions: evidence for gender relations. *Journal of Social Behavior and Personality*, 14 (4), 463-478.

Block, J. H. (1983). Differential premises arising from differential socialization of the sexes: some conjectures. *Child Development*, 54, 1335-1354. doi: 10.1111/1467-8624.ep12418464.

Bondy, E. M. & Mash, E. J. (1999). Parenting efficacy, perceived control over caregiving failure, and mothers' reactions to preschool children's misbehavior. *Child Study Journal*, 29 (3), 157.

Bugental, D. B. & Johnston, C. (2000). Parental and child cognitions in the context of the family. *Annual Review of Psychology*, 51, 315-344. doi: 10.1146/annurev.psych.51.1.315.

Cabrera, N. J., Shannon, J. D. & Tamis-LeMonda, C. (2007). Fathers' influence on their children's cognitive and emotional development: From toddlers to pre-K. *Applied Development Science*, 11(4), 208- 213. doi: 10.1080/10888690701762100.

Canavarro, C. & Pedrosa, A. (2005). Transição para a parentalidade: Compreensão segundo diferentes perspetivas teóricas. In I. Leal (Ed.), *Psicologia da gravidez e da parentalidade* (pp. 225-255). Lisboa: Fim de Século.

Cappa, C. & Khan, S. M. (2011). Understanding caregiver's attitudes towards physical punishment of children: evidence from 34 low-and-middle-income countries. *Child Abuse & Neglect*, 35, 1009-1021. doi: 10.1016/j.chiabu.2011.10.003.

Chilman, C. S. (1980). Parent satisfactions, concerns and goals for their children. *Family Relations*, 29, 339-345.

Cohn, D. A., Cowan, P. A., Cowan, C. P. & Pearson, J. (1992). Mothers' and fathers' working models of childhood attachment relationships, parenting styles, and child behavior. *Development and Psychopathology*, 4, 417-431. doi: 10.1017/S0954579400000870.

Coleman, P. K. & Karraker, K. H. (1997). Self-efficacy and parenting quality: findings and future applications. *Developmental Review* 18, 47-85. doi: 10.1006/drev.1997.0448.

Coleman, P. K. & Karraker, K. H. (2003). Maternal self-efficacy beliefs, competence in parenting, and toddler's behavior and developmental status. *Infant Mental Health Journal*, 24 (2), 126-148. doi: 10.1002/imhj.10048.

Cooklin, A. R., Giallo, R. & Rose, N. (2011). Parental fatigue and parenting practices during early childhood: an Australian community survey. *Child: Care, Health, and Development*. 38 (5), 654-664. doi: 10.1111/j.1365-2214.2011.01333.

Crnic, K. & Low, C. (2002). Everyday stresses and parenting. In M. H. Bornstein (Ed.), *Handbook of parenting: vol. 5. Practical issues in parenting* (pp. 243-268). Mahwah, NJ: Erlbaum.

Cruz, O. M. (1996). *O auto-controlo nas crianças de 5 anos. Relação com as ideias teóricas e com as respostas às situações disciplinares das mães*. Tese de Doutoramento não publicada. Porto: FPCEUP.

Cruz, O. M. (1999). O auto-controlo em crianças de cinco anos: implicações educativas das vivências familiares. *Psicologia. Teoria, Investigação e Prática*, 4, 109-130.

Cruz, O. M. (2013a). *Parentalidade*. Porto: Livpsic.

Cruz, O. M. (2013b, junho). Escala de comportamentos disciplinares parentais. Comunicação apresentada no IX Congresso Iberoamericano de Evaluación Psicológica, Brasil.

Cruz, O. M. & Abreu-Lima, I. (2013). *Escala Ser Mãe Ser Pai*. Instrumento não publicado. Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto.

Cruz, O. M., Oliveira, A. & Ribeiro, C. (2011). *Escala dos Comportamentos Disciplinares Parentais*. Instrumento não publicado. Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto.

Dix, T. (1991). The affective organization of parenting: adaptive and maladaptive processes. *Psychological Bulletin*, 110 (1), 3-25. doi: 10.1037/0033-2909.110.1.3.

Dix, T., Ruble, D. N. & Zambarano, R. J. (1989). Mother's implicit theories of discipline: child effects, parent effects, and the attribution process. *Child Development*, 60, 1373-1391. doi: 10.1111/1467-8624.ep9772432.

Dunning, M. J. & Giallo, R. (2012). Fatigue, parenting stress, self-efficacy and satisfaction in mothers of infants and young children. *Journal of Reproductive and Infant Psychology*, 30 (2), 145-159. doi: 10.1080/02646838.2012.693910.

Gervai, J., Turner, P. J., & Hinde, R. A. (1988). Parent's and teacher's perceptions of personality traits of young children: sex differences, cross-cultural comparisons and

relations with observed behavior. *British Journal of Developmental Psychology*, 11, 343-358. doi: 10.1111/j.2044-835X.1993.tb00608.x.

Goetting, A. (1986). Parental satisfaction. A review of research. *Journal of Family Issues*, 7(1), 83-109.

Goodnow, J. J. (1995). Parents' knowledge and expectations. In M. H. Bornstein (Ed.), *Handbook of parenting: Vol. 3. Status and social conditions of parenting*. (pp. 277-304). Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum Associates.

Goodnow, J. J. (1996). From household practices to parent's ideas about work and interpersonal relationships. In Harkness, S. & Super, C. M. (Eds), *Parent's cultural belief systems: their origins, expressions and consequences*. (2^a ed.), (pp. 313-44). New York: Guilford Press.

Goodnow, J. J. & Collins, N. A. (1990). Development according to parents: the nature, sources and consequences of parents ideas. In H. McGurk (Ed.), *Essays in Developmental Psychology* (pp. 121-190). Hillsdale, NJ: Erlbaum.

Gross, D., Sambrook, A. & Fogg, L. (1999). Behavior problems among young children in low-income urban day care centers. *Nursing & Health*, 22, 15-25. doi: 10.1002/(SICI)1098-240X(199902)22:1<15::AID-NUR3>3.0.CO;2-2.

Grusec, J. E. & Goodnow, J. J. (1994). Impact of parental discipline methods on the child's internalization of values: a reconceptualization of current points of view. *Developmental Psychology*, 30 (1), 4-19. doi: 10.1037/0012-1649.30.1.4.

Grusec, J. E. & Kuczynski, L. (1980). Direction of effect in socialization: a comparison of the parent's versus the child's behavior as determinants of disciplinary techniques. *Developmental Psychology*, 16 (1), 1-9. doi: 10.1037/0012-1649.16.1.1.

Hart, C. H., Ladd, G. W. & Bureson, B. R. (1990). Children's expectations of the outcomes of social strategies: relations with sociometric status and maternal disciplinary styles. *Child Development*, 61, 127-137. doi: 10.1111/1467-8624.ep9102040548.

Hess, R. D. & McDevitt, T. M. (1984). Some cognitive consequences of maternal intervention techniques: a longitudinal study. *Child Development*, 55, 2017-2030. doi: 10.1111/1467-8624.ep7304602.

Hoffman, M. L. (1975). Moral internalization, parental power, and the nature of parent-child interaction. *Developmental Psychology*, 11, 228-239. doi: 10.1037/h0076463.

Hoffman, M. L. (1985). Affective and cognitive processes in moral internalization: an information processing approach. In E. T. Higgins, D. N. Ruble & W. W. Hartup (Eds.), *Social cognition and social development. A socio-cultural perspective* (pp. 236-274). Cambridge: Cambridge University Press.

Hoffman, M. L. (1994). Discipline and internalization. *Developmental Psychology*, 30 (1), 26-28. doi: 10.1037/0012-1649.30.1.26.

Hoffman, M. L. (2000). *Empathy and moral development: implications for caring and justice*. Cambridge, England: Cambridge University Press.

Hoffman, M. L. & Saltzstein, H. D. (1967). Parent discipline and the child's moral development. *Journal of Personality and Social Psychology*, 5 (1), 45-57.

Holden, G. W. (2002). Perspectives on the effects of corporal punishment: comment on Gershoff (2002). *Psychological Bulletin*, 128 (4), 590-595. doi: 10.1037/0033-2909.128.4.590.

Hudson, D. B., Elek, S. M. & Fleck, M. O. (2001). First-time mother's and father's transition to parenthood: infant care, self-efficacy, parenting satisfaction, and infant sex. *Issues in Comprehensive Pediatric Nursing*, 24, 31-43. doi: 10.1080/014608601300035580.

Johnston, C. & Mash, E. (1989). A measure of parenting satisfaction and efficacy. *Journal of Clinical Child Psychology*, 18 (2), 167-175.

Kendall, P. C. & Wilcox, L. E. (1979). Self-control in children: development of a rating scale. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 47 (6), 1020-1029. doi: 10.1037/0022-006X.47.6.1020.

Kobarg, A., Sachetti, V. & Vieira, M. (2006). Valores e crenças parentais: reflexões teóricas. *Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano*, 16 (2), 96-102.

Kremer, M., Smith, A. B. & Lawrence, J. A. (2010). Family discipline incidents: an analysis of parental diaries. *Journal of Family Studies*, 16, 251-263.

Kuczynski, L., Kochanska, G., Radke-Yarrow, M. & Girnius-Brown, O. (1987). A developmental interpretation of young children's noncompliance. *Developmental Psychology*, 23 (6), 799-806. doi: 10.1037/0012-1649.23.6.799.

Larzelere, R. E. (2001). Combining love and limits in authoritative parenting. In J. C. Westman (Ed.), *Parenthood in America* (pp. 81–89). Madison: University of Wisconsin Press.

Leaper, C. (2002). Parenting girls and boys. In M. H. Bornstein (Ed.), *Handbook of parenting: Vol. 1. Children and parenting*. (pp. 189-225). Mahwah: NJ: Lawrence Erlbaum Associates.

Lepper, M. R. (1985). Social-control processes and the internalization of social values: an attributional perspective. In E. T. Higgins, D. N. Ruble & W. W. Hartup (Eds.), *Social cognition and social development. A socio-cultural perspective* (pp. 294-330). Cambridge: Cambridge University Press.

Lima, J. A., Serôdio, R. G. & Cruz, O. M. (2011). Pais responsáveis, filhos satisfeitos: As responsabilidades paternas no quotidiano das crianças em idade escolar. *Análise Psicológica*, 4 (XXIX): 567-578.

Maccoby, E. & Jacklin, C. (1974). *The psychology of sex differences*. Stanford, CA: Stanford University Press.

Machida, S., Taylor, A. R. & Kim, J. (2002). The role of maternal beliefs in predicting home learning activities in head start families. *Family relations*, 51, 176-184.

Martins, S. (2009). *Estudo das práticas educativas parentais, das dimensões eficácia parental, satisfação parental e expectativas de desenvolvimento numa população de risco social*. Dissertação de mestrado não publicada, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto.

McLaughlin, B. (1983). Child compliance to parental control techniques. *Developmental Psychology*, 19 (5), 667-673. doi: 10.1037/0012-1649.19.5.667.

Melby, J. N. & Conger, R. D. (1996). Parental behaviors and adolescent academic performance: a longitudinal analysis. *Journal of Research on Adolescence*, 6 (1), 113-137.

Meneses, J. (2010). *Contributos para o estudo da relação entre dimensões da parentalidade e sintomas clínicos na criança*. Dissertação de mestrado não publicada, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto.

Miller, S. A. (1988). Parent's beliefs about children's cognitive development. *Child Development*, 59, 259-285. doi: 10.1111/1467-8624.ep8588509.

Mills, R. S. L. & Grusec, J. E. (1988). Socialization from the perspective of the parent-child relationship. In S. W. Duck (Ed.), *Handbook of personal relationships. Theory, research and intervention* (pp. 177-191). New York: Wiley.

Minton, C., Kagan, J. & Levine, J. A. (1971). Maternal control and obedience in the two-year-old. *Child Development*, 42, 1873-1894. doi: 10.1111/1467-8624.ep7253476.

Monteiro, L., Veríssimo, M., Castro, R., & Oliveira, C. (2006). Partilha da responsabilidade parental. Realidade ou expectativa? *Psychologica*, 42, 213-229.

Mussen, P. H., Conger, J. J., Kagan, J. & Huston, A. C. (1990). *Child development & personality*. New York: Harper & Row.

Ohan, J. L., Leung, D. W. & Johnston, C. (2000). The Parenting Sense of Competence Scale: evidence of a stable factor structure and validity. *Canadian Journal of Behavioral Science*, 32, 251-261. doi: 10.1037/h0087122.

Oveisi, S., Ardabili, H. E., Majdzadeh, R., Mohammadkhani, P., Rad, J. A. & Loo, J. (2010). Mother's attitudes toward corporal punishment of children in Qazvin-Iran. *Journal of Family Violence*, 25, 159-164. doi: 10.1007/s10896-009-9279-7.

Patrick, R. B. & Gibbs, J. C. (2007). Parental expression of disappointment: should it be a factor in Hoffman's model of parental discipline?. *The Journal of Genetic Psychology*, 168 (2), 131-145.

Perozynski, L. & Kramer, L. (1999). Parental beliefs about managing sibling conflict. *Developmental Psychology*, 35 (2), 489-499. doi: 10.1037/0012-1649.35.2.489.

Pinderhughes, E. E., Dodge, K. A., Bates, J. E., Pettit, G. S. & Zelli, A. (2000). Discipline responses: influences of parent's socioeconomic status, ethnicity, beliefs about parenting, stress, and cognitive-emotional processes. *Journal of Family Psychology*, 14 (3), 380-400. doi: 10.1037//0893-3200.14.3.380.

Reppold, C., Pacheco, J. & Hutz, C. (2005). Comportamento agressivo e práticas disciplinares parentais. In C. Hutz (Ed.). *Violência e risco na infância e adolescência: pesquisa e intervenção*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Rodrigo, M. J. & Palacios, J. (1998). Conceptos e dimensiones en el análisis evolutivo-educativo de la familia. In M. J. Rodrigo & J. Palacios (Coords.), *Familia y desarrollo humano* (pp. 45-70). Madrid: Alianza Editorial.

Rogers, H. & Matthews, J. (2004). The Parenting Sense of Competence Scale: investigation of the factor structure, reliability, and validity for an Australian sample. *Australian Psychologist*, 39 (1), 88-96. doi: 10.1080/00050060410001660380.

Rubin, K. H. & Mills, R. S. L. (1992). Parent's thoughts about children's socially adaptive and maladaptive behaviors: stability, change and individual differences. In I. E. Sigel, A. V. McGillicuddy-DeLisi & J. J. Goodnow (Eds), *Parental belief systems. The psychological consequences for children* (2nd ed., pp 41-69). Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum Associates.

Rubin, K. H. & Chung, O. B. (2006). *Parenting beliefs, behaviors, and parent-child relations: a cross-cultural perspective*. New York: Psychology Press.

Schaffer, H. R. & Crook, C. K. (1979). Maternal control techniques in a directed play situation. *Child Development*, 50, 989-996. doi: 10.1111/1467-8624.ep7251690.

Seçer, Z., Gulay Ogelman, H., Onder, A. & Berengi, S. (2012). Analyzing mother's self-efficacy perception towards parenting in relation to peer relationships of 5-6 year-old preschool children. *Educational Sciences: Theory & Practice* 12 (3), 2001-2008.

Sevigny, P. R. & Loutzenhiser, L. (2009). Predictors of parenting self-efficacy in mothers and fathers of toddlers. *Child: Care, Health and Development*, 36 (2), 179-189. doi:10.1111/j.1365-2214.2009.00980.

Sigel, I. E. & McGillicuddy-DeLisi, A. V. (1995). Parental beliefs. In M. H. Bornstein (Ed.), *Handbook of parenting: Vol. 3. Status and social conditions of parenting*. (pp. 333-358). Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum Associates.

Sigel, I. E. & McGillicuddy-De Lisi, A. V. (2002). Parent beliefs are cognitions: the dynamic belief systems model. In M. H. Bornstein (Ed.), *Handbook of parenting: Vol 3. Being and becoming a parent*. (pp. 485-508). Mahwah, N.J.: Lawrence Erlbaum Associates.

Simons, L. R., Whitbeck, L. B., Conger, R. D. & Chyi-In, W. (1991). Intergenerational transmission of harsh parenting. *Developmental Psychology*, 27, 159-171. doi: 10.1037/0012-1649.27.1.159.

Socular, R. R. S., Savage, E., Keyes-Elstein, L. & Evans, H. (2005). Factors that affect parental disciplinary practices of children aged 12 to 19 months. *Southern Medical Journal*, 98 (12), 1181-1191.

Thompson, A. R., Christiansen, E. H., Jackson, S., Wyatt, J. M., Colman, R. A., Peterson, R. L., Wilcox, B. L. & Buckendahl, C. (1999). Parent attitudes and discipline practices: profiles and correlates in a nationally representative sample. *Child Maltreatment*, 4 (4), 316-330. doi: 10.1177/1077559599004004005.

Weber, L. N. D., Selig, G. A., Bernardi, M. G. & Salvador, A. P. V. (2006). Continuidade dos estilos parentais através das gerações - Transmissão intergeracional de estilos parentais. *Páideia*, 16 (35), 407-414. doi: 10.1590/S0103-863X2006000300011.

Weber, L. N. D., Viezzer, A. P. & Brandenburg, O. J. (2004). O uso de palmadas e surras como prática educativa. *Estudos de Psicologia*, 9 (2), 227-237. doi: 10.1590/S1413-294X2004000200004.

Zahn-Waxler, C., Duggal, S. & Gruber, R. (2002). Parental psychopathology. In M. H. Bornstein (Ed.), *Handbook of parenting: Vol. 4. Social conditions and applied parenting*. (pp. 227-258). Mahwah: NJ: Lawrence Erlbaum Associates.

Zahn-Waxler, C., Radke-Yarrow, M. & King, R. A. (1979). Child rearing and children's prosocial initiations toward victims of distress. *Child Development*, 50, 319-330. doi: 10.1111/1467-8624.ep12421504.

Weinberg, M. K., Tronick, E. Z., Cohn, J. F. & Olson, K. L. (1999). Gender differences in emotional expressivity and self-regulation during early infancy. *Development Psychology*, 35 (1), 175-188. doi: 10.1037/0012-1649.35.1.175.

ANEXOS

Anexo 1

Relatório do estudo piloto

Relatório do estudo piloto

Atendendo aos objetivos do presente trabalho de investigação, foi desenvolvida uma segunda parte da Escala de Comportamentos Disciplinares Parentais, com o objetivo de avaliar a percepção dos adultos acerca da eficácia de cada um dos 16 comportamentos disciplinares enunciados.

De modo a perceber se a formulação das questões relativas à eficácia dos comportamentos disciplinares era facilmente compreensível pelas mães e quais as razões que justificavam essa apreciação, foi realizado um estudo piloto com cinco mães de crianças em idade pré-escolar, que aceitaram participar numa entrevista semiestruturada baseada nas duas partes da ECDP.

Os resultados das entrevistas confirmaram que as mães compreenderam, sem dificuldade, todos os 16 itens apresentados na segunda parte da escala. Para além disso, e mediante uma breve exploração das respostas das mães, foi possível recolher junto delas informação que nos ajudasse a compreender as razões subjacentes à utilização dos comportamentos disciplinares.

De um modo geral, verificamos que a indução e a punição não física foram apontados como os comportamentos disciplinares mais utilizados pelas mães e a punição física como o comportamento menos utilizado.

Para além disso, observou-se uma tendência das mães para agirem em concordância com as suas crenças, utilizando habitualmente comportamentos disciplinares que consideram eficazes. No entanto, esta congruência nem sempre foi observada, como no caso da punição física e da ameaça de castigo. Estes comportamentos, embora percebidos pelas mães como pouco eficazes, mostraram ser ocasionalmente utilizados por elas. No caso particular da punição física, constatamos que era especialmente utilizada em situações limite, quando as mães já não sabiam o que fazer ou quando a situação era suficientemente grave, envolvendo perigo para a criança. Ainda assim, e apesar das respostas serem pouco consensuais, grande parte das mães admitiam ser uma estratégia pouco eficaz, arrependendo-se posteriormente da sua utilização.

No que respeita às razões que levavam as mães a adotarem determinados comportamentos disciplinares, as principais justificações apontaram para: (1) a necessidade de transmitir à criança a diferença entre o certo e o errado (“para que

perceba que não está certo”; “para perceber que errou”; “para perceber o que fez”; “para perceber onde errou”), (2) a importância da implementação e compreensão das regras (“para lhe transmitir que não pode fazer aquilo”; “para que perceba as regras”), (3) a necessidade de extinguir o comportamento inadequado (“para que não volte a fazer”; “na próxima vez vai pensar melhor”), (4) a necessidade de mostrar à criança como agir (“para saber o que tem que fazer”; “explicar ajuda-os a entender”), (5) a necessidade de uma melhor compreensão por parte das mães acerca dos comportamentos dos filhos (“para eu perceber porque fez aquilo”) e (6) a necessidade de que a criança perceba as consequências dos seus atos (“para perceber que ficamos tristes da mesma forma que eles ficam connosco”).

Por seu lado, quando questionadas acerca dos motivos da não utilização de determinados comportamentos, as respostas apontaram para: (1) a percepção de ineficácia dos comportamentos enunciados (“não resulta”; “nem sempre funciona”; “ele não percebe”), (2) a desaprovação da mãe face ao comportamento (“não deve ser dito a uma criança”; “não é correto, faz com que se sintam rejeitados”), (3) a crença de que a criança desenvolverá valores errados (“não acho correto a criança ficar sempre na expectativa de ter algo em troca”; “crescem sempre à espera de uma contrapartida”, (4) as crianças ficarem sem perceber onde erraram e o que é esperado delas (“não sabem onde erram e depois cometem sempre os mesmos erros”; “se não ligarmos, depois não sabem se estão a fazer bem ou não”), (5) a preocupação com o futuro (“se não colocarmos regras desde sempre depois é muito mais difícil”), (6) a idade e (7) o temperamento da criança.

Atendendo às respostas obtidas, consideramos que para estas mães o que parece relacionar-se com a utilização dos comportamentos disciplinares parentais são as crenças de eficácia relativamente aos mesmos, o temperamento da criança, a idade da criança, a necessidade de transmitirem valores à criança, a promoção de comportamentos adequados e a prevenção de comportamentos desadequados. No entanto, a situação conjugal dos pais e o estilo de vida atual assumem-se como fatores circunstanciais também mencionados pelas mães no decorrer das entrevistas.

Anexo 2

Autorização para as direções dos jardins-de-infância

Assunto: Pedido de autorização para colaboração em dissertação de Mestrado

Exmo.(a) Sr.(a) Presidente do Conselho Executivo

Na qualidade de estudante do Mestrado em Temas de Psicologia, área de especialização em Psicologia do Desenvolvimento e Educação da Criança, a decorrer na Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto, estou a desenvolver uma investigação no âmbito da parentalidade, sob a orientação da Professora Doutora Orlanda Cruz.

Com esta investigação pretende-se estudar os factores explicativos dos comportamentos disciplinares utilizados por mães de crianças de 4 e 5 anos de idade. A recolha de dados implica a colaboração das mães no preenchimento de dois questionários – “Escala de Comportamentos Disciplinares Parentais” e “Escala Ser Mãe/Ser Pai”. Obviamente os dados recolhidos serão utilizados apenas com fins académicos e científicos, sendo garantido o total anonimato. Irão estar envolvidos vários estabelecimentos de ensino pré-escolar situados em diferentes zonas do país.

Venho assim, solicitar a sua autorização para contactar as mães das crianças que frequentam os jardim de infância do agrupamento, salientando desde já a imprescindível colaboração das educadoras titulares dos grupos de 4 e 5 anos. Caso consinta a realização da recolha de dados, as mães das crianças serão contactadas no sentido de solicitar a sua colaboração neste estudo.

Agradecendo desde já a atenção, colocamo-nos ao dispor para prestar qualquer esclarecimento e para posteriormente partilhar as conclusões deste estudo.

Porto, 3 de Abril de 2013

A Mestranda

Carla Sofia Peixoto Sampaio Carvalho

Anexo 3

Questionários para as mães

Código de identificação: _____

Nome da escola: _____

Questionários para Mães

(com filhos de 4 e 5 anos de idade)

Projeto de investigação desenvolvido pela Dra. Carla Carvalho, no âmbito da dissertação de Mestrado em Temas de Psicologia - área de especialização em Psicologia do Desenvolvimento e Educação da Criança

Fevereiro de 2013

Declaração de consentimento informado

Eu, _____, aceito colaborar no projeto de investigação desenvolvido pela Dra. Carla Carvalho, no âmbito da dissertação de Mestrado em Temas de Psicologia (área de especialização em Psicologia do Desenvolvimento e Educação da Criança), a decorrer na Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto.

Esta investigação pretende estudar as atitudes e os comportamentos utilizados pelas mães de crianças em idade pré-escolar, sendo necessária a minha colaboração no preenchimento de dois questionários.

Os dados recolhidos serão utilizados apenas com fins académicos e científicos, tendo-me sido garantida a total confidencialidade e proteção da identidade de todos os envolvidos.

Assinatura: _____

Data: ____/____/____

Dados sociodemográficos

Criança:

Data de nascimento: __/__/__

Feminino ☐

Masculino ☐

Para além da criança, quem vive lá em casa (assinale com uma cruz):

Pai ☐

Escolaridade:

Até ao 4ºano ☐ Até ao 6º ano ☐ Até ao 9ºano ☐ Até ao 12ºano ☐ Ens. Superior ☐

Mãe ☐

Escolaridade:

Até ao 4ºano ☐ Até ao 6º ano ☐ Até ao 9ºano ☐ Até ao 12ºano ☐ Ens. Superior ☐

Irmãos ☐ Quantos: _____

Outros ☐ Quem: _____

Nas páginas seguintes, vai encontrar dois questionários para os quais não existem respostas certas ou erradas. Pretende-se apenas conhecer a sua experiência pessoal enquanto mãe.

Por favor responda a todas as questões com a máxima sinceridade.

ESCALA DE COMPORTAMENTOS DISCIPLINARES PARENTAIS

(Cruz, Oliveira & Ribeiro, 2011)

Todas as crianças se portam mal de vez em quando. **Quando o seu filho/a se porta mal, como costuma reagir?**
Por favor assinale, numa escala de 1 (nunca) a 5 (sempre), as reacções a seguir enunciadas.

	1 NUNCA	2 RARAMENTE	3 ÀS VEZES	4 QUASE SEMPRE	5 SEMPRE
1. Ralho com ele/a					
2. Obrigo-o/a a corrigir o que fez					
3. Não ligo porque não vale a pena					
4. Dou-lhe uma palmada					
5. Prometo-lhe algo para ele/a parar de se portar mal					
6. Impeço-o/a de ter ou fazer algo de que gosta muito					
7. Pergunto-lhe porque se portou assim					
8. Digo-lhe que se portou mal, que não gosto mais dele/a					
9. Bato-lhe					
10. Ponho-o sozinho a pensar no que fez					
11. Explico-lhe as consequências daquilo que fez					
12. Ameaço que o/a castigo					
13. Ignoro porque é a melhor estratégia					
14. Explico-lhe quais são as regras a cumprir					
15. Digo-lhe que fiquei triste e/ou decepcionado/a					
16. Ponho-o/a de castigo					

Acha que estes comportamentos são eficazes?

Por favor assinalar, numa escala de 1 (nada eficaz) a 5 (muito eficaz), de acordo com a sua percepção.

	1 NADA EFICAZ	2 POUCO EFICAZ	3 MAIS OU MENOS EFICAZ	4 BASTANTE EFICAZ	5 MUITO EFICAZ
1. Ralho com ele/a					
2. Obrigo-o/a a corrigir o que fez					
3. Não ligo porque não vale a pena					
4. Dou-lhe uma palmada					
5. Prometo-lhe algo para ele/a parar de se portar mal					
6. Impeço-o/a de ter ou fazer algo de que gosta muito					
7. Pergunto-lhe porque se portou assim					
8. Digo-lhe que se portou mal, que não gosto mais dele/a					
9. Bato-lhe					
10. Ponho-o sozinho a pensar no que fez					
11. Explico-lhe as consequências daquilo que fez					
12. Ameaço que o/a castigo					
13. Ignoro porque é a melhor estratégia					
14. Explico-lhe quais são as regras a cumprir					
15. Digo-lhe que fiquei triste e/ou decepcionado/a					
16. Ponho-o/a de castigo					

ESCALA “SER MÃE/SER PAI”

Este questionário é composto por 16 itens que se referem aos seus **sentimentos enquanto mãe**. Por favor, leia cuidadosamente cada item e faça um círculo no que mais se aplica a si, numa escala de 1 (concorda totalmente) a 6 (discorda totalmente).

A escala de pontuação é a seguinte:

- 1 Concordo totalmente
- 2 Concordo
- 3 Concordo um pouco
- 4 Discordo um pouco
- 5 Discordo
- 6 Discordo totalmente

1. Fui aprendendo que os problemas de cuidar de um filho/a são fáceis de resolver se soubermos como as nossas acções afectam os nossos filhos/as.	1	2	3	4	5	6
2. Embora ser mãe/pai possa ser compensador, o meu filho/a está numa idade em que me sinto frustrada/a.	1	2	3	4	5	6
3. Deito-me tal como me levanto, a sentir que não consegui fazer grande coisa.	1	2	3	4	5	6
4. Não sei porquê, mas às vezes quando é suposto ser eu a controlar a situação, sinto que estou é a ser manipulado/a.	1	2	3	4	5	6
5. A minha mãe/o meu pai estavam melhor preparados para ser bons pais do que eu estou.	1	2	3	4	5	6
6. Eu seria um bom modelo para jovens pais/mães seguirem e aprenderem tudo o que precisam para ser bons pais/mães.	1	2	3	4	5	6
7. É fácil ser mãe/pai, qualquer problema se resolve com facilidade.	1	2	3	4	5	6
8. Uma das coisas difíceis em ser mãe/pai é não se saber se estamos a fazer um bom ou um mau trabalho.	1	2	3	4	5	6
9. Às vezes sinto que não estou a conseguir fazer nada.	1	2	3	4	5	6

10. Sinto-me satisfeito/a com a minha capacidade para cuidar da meu filho/a.	1	2	3	4	5	6
11. Se há alguém que consiga perceber o que perturba o meu filho/a, sou eu.	1	2	3	4	5	6
12. As minhas capacidades e os meus interesses são outros, não têm a ver com ser mãe/pai.	1	2	3	4	5	6
13. Tendo em conta que já sou mãe /pai há muito tempo, sinto-me muito à vontade neste papel.	1	2	3	4	5	6
14. Se ser mãe/pai fosse mais interessante, eu sentir-me-ia motivada/o para ser melhor mãe/pai.	1	2	3	4	5	6
15. Acredito sinceramente que tenho todas as capacidades necessárias para ser bom pai/boa mãe para o meu filho/a.	1	2	3	4	5	6
16. Ser mãe/pai deixa-me tensa/o e ansiosa/o.	1	2	3	4	5	6

Nota: De "A Measure of Parenting Satisfaction and Efficacy", por C. Johnson and E. J. Mash, 1989, Journal of Clinical Child Psychology, 18, p. 171. Copyright 1989 by Lawrence Erlbaum Associates, Inc. Adaptado com autorização.

Anexo 4

Declaração de originalidade

Declaração de Originalidade

Eu, Carla Sofia Peixoto Sampaio Carvalho, portador do BI/CC: 12622829, declaro, para os devidos efeitos, que o meu trabalho, intitulado *Comportamentos disciplinares, eficácia e satisfação em mães de crianças de idade pré-escolar*, executado na Unidade Curricular Dissertação de Mestrado em Temas de Psicologia, orientado pela Professora Doutora Orlanda Cruz, é um trabalho original e inédito, fruto das minhas pesquisas e investigações.

Declaro, ainda, que citei e referenciei todos os autores e documentos por mim utilizados na produção do trabalho. As frases ou parágrafos retiradas de trabalhos ou obras de outros autores (adaptadas ou não) e citadas neste trabalho estão assinaladas entre aspas e devidamente referenciadas, de acordo com as normas requeridas. Declaro, também, que estou ciente de que o plágio – a utilização de partes de um trabalho alheio não devidamente referenciadas – pode resultar na anulação deste trabalho.

(Assinatura)